



INSTITUTO CULTURAL

Padre Josino

*Às mulheres e homens, povo brasileiro – anônimos,
lideranças, intelectuais – que dedicaram sua vida à construção
da ideia de Brasil.*

*À Fundação Rosa Luxemburgo, aliada da luta
camponesa e popular.*

*Ao meu querido avô, Alcides Cândido da Silva,
que completou seus dias durante a organização deste livro,
exemplo de sertanejo forte e lutador, um pé de xique-xique.*

Marcelo Leal (ORG.)

LETRAS de FOGO

Para debater a atualidade
da Questão Nacional

Instituto Cultural Padre Josimo
Candiota- 2021

O livro é resultado da sistematização dos Seminários Estratégicos da Realidade Brasileira, produzido com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, através do Projeto Seminários Virtuais em Assuntos Estratégicos.

REALIZAÇÃO:

Associação Nacional da Agricultura Camponesa
Movimento dos Pequenos Agricultores

ORGANIZAÇÃO:

Marcelo Leal Teles da Silva

SISTEMATIZAÇÃO:

Marcelo Leal Teles da Silva e Maria Gabriella Costa dos Santos

GRUPO DE ESTUDO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES:

Josineide Costa, Leomárcio Silva, Rafaela Alves, Maria José da Costa, Frei Sérgio Görger, Raul Krauser e Marcelo Leal Teles da Silva

COORDENAÇÃO GERAL

DOS SEMINÁRIOS:

Josineide Costa
Marli Souza Fagundes
Leila Denise Meurer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ASSESSORIA

DE COMUNICAÇÃO:

Rubia Steffens
Marcos Antônio Corbari

REVISÃO

ORTOGRÁFICO-GRAMATICAL:

Alana Ferreira

PROJETO GRÁFICO

E DIAGRAMAÇÃO:

Bruno Eduardo Pilon
Guilherme Borducchi

Letras de fogo : para debater a atualidade da questão nacional / Virgínia Fontes...[et al.] ; Marcelo Leal (org.). -- Candiota, RS : Instituto Cultural Padre Josimo, 2021.

Outros autores: Ronaldo Pagotto, Walter Sorrentino, Olívia Carolino, Alfredo Burbano, César Benjamin

Bibliografia.

ISBN 978-65-86297-04-1

1. Brasil - Política e governo
2. Crise econômica
3. Internacionalismo
4. Nacionalismo - América Latina
5. Nacionalismo - Brasil I. Fontes, Virgínia.
- II. Leal, Marcelo. II. Pagotto, Ronaldo.
- III. Sorrentino, Walter. IV. Carolino, Olívia.
- V. Burbano, Alfredo. VI. Benjamin, César.

21-87630

CDD-320.54

Índices para catálogo sistemático:

1. Questão nacional : Ciência política 320.54
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

Apresentação	_____	6
CAPÍTULO 1 Questão Nacional e Projeto Nacional		
Virgínia Fontes	_____	13
Ronaldo Pagotto	_____	27
CAPÍTULO 2 Projeto Nacional e Projeto Popular para o Brasil		
Walter Sorrentino	_____	47
Olívia Carolino	_____	67
CAPÍTULO 3 Projeto Nacional e Integração Latino-americana		
Alfredo Burbano	_____	83
CAPÍTULO 4 Projeto Nacional e Amazônia: soberania e sustentabilidade		
César Benjamin	_____	105
Autoras e autores	_____	122

Apresentação

Esse pequeno livro sobre a Questão Nacional é produto do debate estratégico no interior do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, e faz parte de um conjunto de produções políticas e teóricas resultados do Seminário Estratégico, realizado em 2018, em Caruaru, Pernambuco.

Letras de Fogo se soma a dois outros livros – *Plano Campônês. Por Soberania Alimentar e Poder Popular* e *Crise Sistêmica: Veredas Estratégicas* – e ao documento *Carta de Caruaru*, formando um quadro de aporte teórico, programático e político-organizativo à ação estratégica do Movimento no período histórico.

O livro, organizado a partir da sistematização de seminários virtuais, responde a dois objetivos. O primeiro, de nível mais teórico, é retomar uma questão central, que está nas raízes dos movimentos revolucionários, mas que fora praticamente abandonado, especialmente a partir da década de 1990, quando, sob hegemonia neoliberal, conceitos fundantes como classe, povo e nação foram substituídos por uma ação política fragmentada baseada no culturalismo e na política identitária, em substituição à centralidade do trabalho e da questão do poder de Estado.

O segundo objetivo é suscitar o debate junto a nossa militância sobre a potência da Questão Nacional para o desenvolvimento do pensamento estratégico. A história brasileira é rica em grandes pensadores; nomes como Álvaro Vieira Pinto, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Darcy Ribeiro, Jacob Gorender e Paulo Freire fazem parte deste grande panteão de pensadores que se dedicaram a responder o sentido do Brasil e se era possível viabilizar-se como nação.

Para a militância mais vivida, não se trata de um debate novo, daí falamos de resgate; para a militância mais jovem e menos assídua ao debate clássico, trata-se de colocar o debate que sempre esteve no centro da ação política das esquerdas. Para estes, portanto, pode ser novidade.

Sem qualquer pretensão de esgotar um debate tão vasto e denso, organizamos o material como um roteiro de estudo. Entre o primeiro e o último capítulo, e dentro de cada capítulo, percorremos o caminho de aproximações sucessivas entre os elementos conceituais, históricos e políticos concretos. Cada expositor/autor recebeu a abordagem básica e total liberdade para organizar sua exposição. Evidente, o time que convocamos são de mulheres e homens que participam do que fazer histórico à quente, e produzem suas análises e aportes teóricos em contato com as experiências políticas de nossa época, como deve ser, tomando partido, no melhor estilo da filosofia da práxis.

O primeiro capítulo apresenta a construção histórica da Questão Nacional, primeiramente, como produto da ascensão da sociedade burguesa e percorre o longo caminho de como o nacionalismo foi sendo incorporado ao pensamento e à luta revolucionária nos países coloniais e da periferia do capital, onde imperam o subdesenvolvimento e a dependência. Ademais, ilumina com muito rigor a complexidade para as forças políticas populares construir sua política de alianças, diante de uma burguesia brasileira cada vez mais fundida com todas as formas de capitais e associada aos interesses imperialistas, bem como dotada de um programa internacional de cooptação das classes populares.

Na sequência, trava-se o debate sobre a construção do projeto nacional para o Brasil, ou como costumamos chamar, o Projeto Popular para o Brasil. Destaque para a relação entre soberania nacional, o papel do Estado, e a exigência histórica da formulação de um projeto de desenvolvimento como um todo coerente, orgânico,

APRESENTAÇÃO

e não como soma das partes. A radicalidade desse projeto se dá na mediação entre as necessidades concretas do povo e as mudanças estruturais para atendê-las, vinculando as raízes dos problemas do povo brasileiro com a Questão Nacional, colocando o horizonte de poder para empreender as transformações. Entre muitos outros, quero destacar o aspecto metodológico, ou a dimensão pedagógica na construção do Projeto Popular para o Brasil. A educação, não se restringindo a educação formal, é um aspecto fundante na formação da consciência e identidade nacional. Não poderia deixar de fazê-lo, tanto pela importância, como para render homenagens a Paulo Freire, o educador da nação. Tal projeto pode abrigar não somente um conjunto de direitos, mas abrir caminhos para transições sucessivas ao socialismo.

O terceiro capítulo apresenta um valioso aporte sobre a relação dialética entre o projeto nacional e o internacionalismo nuestroamericano. De maneira excepcionalmente didática e coesa desenvolve os principais marcos das lutas emancipatórias em *Nuestra America*. Passando por Bolívar, José Martí, Revolução Cubana, escola da dependência até as recentes e limitadas experiências dos governos progressistas ou pós-neoliberais, como prefere chamar o autor. Ademais, insere o debate teórico-histórico na linha do debate estratégico atual e apresenta um conjunto de ações chaves que podem vir a configurar uma estratégia para esquerda nuestraamericana.

O quarto capítulo conta com uma exposição magistral. Aborda o complexo de ciclos temporais da crise brasileira, que nos impele a construir um novo projeto nacional ou entrar numa crise de degradação prolongada. Com efeito, recolocando a Questão Nacional como questão chave para a ação estratégica, analisa que não haverá projeto nacional brasileiro sem Amazônia. Na esteira do desenvolvimento científico e tecnológico de nossa época, propõe a criação de uma economia nova, com base

LETRAS de FOGO

na sociobiodiversidade da Amazônia, em favor do Brasil, uma Economia da Biodiversidade, altamente tecnológica e à altura do desafio de combinar soberania e sustentabilidade, no século XXI, fazendo do Brasil a matriz de um novo tipo de civilização.

Tal proposição lança o debate do projeto nacional noutra nível, na medida em que sabemos que equacionar problemas históricos não corresponde diretamente a lançar os marcos da sociedade vindoura. É o debate que este modesto livro tenta registrar com Letras de Fogo.

Marcelo Leal

Novembro de 2021, Bioma Cerrado.



Questão Nacional e Projeto Nacional

Abordagem histórico conceitual sobre a
potência e os limites da questão
nacional nos processos revolucionários.

Virgínia Fontes

É uma satisfação estar aqui com o MPA. Eu vou dizer para vocês que eu obedeci apenas em parte ao que vocês me propuseram, por várias razões. Primeiro, porque não é exatamente o que eu trato, mas o que eu trato traz elementos para esta questão. Então, pareceu-me mais relevante trazer os elementos que vêm de um viés de leitura particular, um viés que associa Marx, Gramsci, Lênin. É uma leitura peculiar que procura entender a estrutura da expansão do capitalismo, do ponto de vista da composição das burguesias e das classes trabalhadoras, e as tendências e contradições que esta estrutura abre ou exaspera. Vou fazer um pouco essa apresentação, vou marcando os pontos que eu acho que são fundamentais para a gente pensar a potência e os limites da questão nacional no projeto revolucionário.

O primeiro ponto é que, há mais de 10 anos, escrevi um livro chamado “O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história”. Acredito que as grandes questões que estavam traçadas ali continuam vigorando, porém a gente chegou muito tarde nessa compreensão. Chegamos exatamente quando mudanças, que não são irrelevantes, já estavam acontecendo por dentro do capital-imperialismo, inclusive, tensões dentro do capital-imperialismo. Na sequência, quero trazer o que chamei de “capital-imperialismo” e alguns de seus resultados e tensões contemporâneas.

A primeira característica é, principalmente, a fusão pornográfica entre todas as formas de capital, a garantia da circulação internacional de capitais e as garantias de espaços de concertação intercapitalista, tanto a partir de aparelhos privados de hegemonia, que educam classes dominantes, quanto por meio de chantagem,

violência, entre outros. Talvez um dos exemplos mais interessantes, no caso brasileiro, seja a configuração da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) que, como vocês sabem melhor do que eu, reagrupa empresas das mais diferentes áreas. Não é apenas uma associação de proprietários de terra, como era há 50 anos, a Sociedade Rural Brasileira ou a Sociedade Nacional de Agricultura, agora é uma reunião em que, além de proprietários de terra, há também uma enorme quantidade de interesses capitalistas associados das mais diversas áreas, inclusive, da Rede Globo, que integra a ABAG, desde os primórdios.

As características do capital-imperialismo foram, ainda, a enorme expansão e a interconexão entre capitais e entre países. E, vale lembrar, que a expansão da China atual se deu exatamente integrando essa malha de propriedade internacionalizada e, de certa maneira, constituindo a China enquanto fábrica do mundo. País no qual capitais do mundo inteiro se aproveitavam do seu baixo valor de força de trabalho, e nós sabemos que a China é um país com uma população de 1 bilhão e 400 milhões de habitantes.

O capital-imperialismo impulsionou, com o apoio dos Estados, enorme centralização e concentração, e desenvolveu, tanto no cenário internacional quanto nos cenários nacionais, uma extensa e variada gama de aparelhos privados de hegemonia. Isto é, formas associativas, aparentemente sem fins lucrativos, que têm diversas destinações, desde definir qual deve ser o problema conjuntural, qual deve ser a forma da educação¹, até definir e organizar interesses setoriais. Como os casos da ABIMAQ² e da ABAG, que não são organizações aparentemente lucrativas, são um agenciamento de interesses setoriais, intrasetoriais ou intersetoriais – como

1 A educação fica a cargo dos think tanks, que são entidades cujo objetivo é elaborar e reproduzir ideias em consonância com os objetivos hegemônicos.

2 Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ.

no caso da ABAG. Além disso, essas formas associativas atuam como uma forma de intervenção política no âmbito popular, constituindo malhas de convencimento lideradas pelo empresariado para capturar lutas populares. E essa me parece a situação mais importante para que a gente observe, na medida em que se trata de conter a democracia e estabelecer formas de controle soft (sua-ve) do estado –, nós sabemos que agora estamos sob fascismo e, portanto, o controle do estado é hard (rígido). A China ficou fora dessa característica do capital-imperialismo.

A última característica que não é irrelevante, e eu termino aqui, é que um movimento expansivo do capital ocorreu conectado por grandes organismos semipúblicos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros que, aliás, são desenhos já diferenciados, como o Fórum de Davos³. Sendo esses também dispersos, na medida em que a concorrência continua atuando no capital. Mas o então processo gerou uma extrema centralização e concentração do capital.

Então, agora, o que interessa para a gente são alguns resultados – do mencionado processo –, que são desafios para se pensar a questão nacional. Primeiro, desse processo resultou um profundo redesenho das classes trabalhadoras, a partir do aprofundamento das expropriações primárias, da expropriação camponesa, que continuam acontecendo. Nós estamos assistindo, agora, ao genocídio, no caso brasileiro, à tentativa de acabar com o que houve de reforma agrária, e ainda, expulsando o camponês. Nós sabemos que a proporção é mínima da população do campo em relação à população geral, mas essa população camponesa vem sendo subjugada e/ou expulsa e, sobre este último, recentemente, pela expropriação das

3 Fórum Econômico Mundial realizado em Davos, Suíça.

águas, a gerar um aumento massivo de massas trabalhadoras, tanto nos campos quanto nas cidades. Além disso, houve uma intensificação de expropriações secundárias, expropriações de direitos, o que significou um aumento inaudito de trabalhadores em concorrência direta no cotidiano com uma tendência crescente: a precarização disfarçada de empreendedorismo. E, ainda, aumento de uma devastação tanto imposta de fora para dentro, sobre as organizações clássicas dos trabalhadores quanto de alguma maneira internamente – e tristemente –, a partir de certa aceitação de algumas dessas organizações trabalhadoras, como alguns sindicatos, de que a gestão capitalista do sindicato poderia ser mais eficiente do que a direção para a luta e para os processos revolucionários.

Como resultado disso, temos novas formas de experiência de classe. Há muitas formas de experiência de classe trabalhadora com as quais não estamos acostumados e, além do mais, não temos estratégias claras de organização. Portanto isso repercute em uma baixa organização, pois uma parte da classe trabalhadora se vê contraposta a outra parte da classe trabalhadora que ainda tem direitos, que, por sua vez, também está dividida, mas que tende a se defender ao invés de resistir através de formas corporativas, defensivas, mais do que a contraposição conjunta com o resto da classe trabalhadora.

Em parte disso, e apenas em parte, decorre um significativo desinteresse em relação à extrema violência com a qual são tratados os setores vulneráveis, ou precarizados, por parte dos setores médios. Nós sabemos dos assassinatos cotidianos em favelas, por exemplo, mas neste período também se percebe um aumento de lutas importantíssimo em torno das opressões e da evidência dessas opressões, especialmente na questão indígena. Os indígenas, no Brasil, sabem que ou lutam ou serão exterminados, e que, portanto, é uma luta de sobrevivência – e é uma luta formidável. Mas também o são as lutas feministas, as lutas antirracistas, as lutas de

gênero, e de maneira mais ampla, as questões ambientais, entre outras.

De alguma maneira, como podemos ver, há uma atuação burguesa no sentido de minar a democracia e os partidos políticos, todos eles, por uma duplicação da lógica e da representação política a partir de: ocupação soft do estado e da atuação através de aparelhos privados de hegemonia. Mas, por outro lado, houve uma espécie de descrença nos partidos políticos, principalmente naqueles partidos políticos com histórico popular ou histórico operário, que começa com a queda do muro de Berlim, mas se intensificará com a derrocada da União Soviética, na década de 1990. E, assim, a envolver um sem-número de concertações entre os antigos partidos da social-democracia e os capitalistas, aí “sem dentes”. O termo que deram para esse capitalismo contemporâneo é “neoliberalismo”, mas eu prefiro continuar chamando de “capital-imperialismo”.

Então, temos um redesenho que é importante fazer se a gente for pensar em questão nacional, que também é relevante e central: precisamos pensar em um projeto anticapital. É nisso que eu quero chegar, pois houve um redesenho das classes dominantes em escala mundial. Em primeiro lugar, o excesso da centralização e da concentração impõe uma expansão de novos capitalistas, uma espécie de hierarquia de capitalistas, que são coproprietários, semiproprietários ou não proprietários, mas remunerados diretamente pela lucratividade do capital e que cumprem, na clássica definição de Marx, o papel de capitalistas funcionantes, são capitalistas como os proprietários últimos. Apenas para dar um exemplo mais ou menos banal, nós temos aqui, no caso brasileiro, Jorge Paulo Lemann e a sua trinca, que são proprietários da Brahma e da Ambev e coproprietários da AB InBev, além de serem coproprietários de um sem-número de atividades produtivas, especulativas e bancárias, no Brasil, voltadas da educação à eletricidade. Por exemplo,

no controle da Itaipu Binacional, eles participam com 5%, que é a cota máxima, mas participam, além de atuarem no controle de empresas das mais variadas ordens, no Brasil e no exterior.

Vocês sabem que o grupo Lemann nasce com um banco – que é o Garantia – e que irá expandir-se para um volume de áreas impressionante. E, para isso, eles precisam comprometer novos gestores com o capital, e o formato desse comprometimento é uma educação que eles chamam de training, uma educação, para esses gestores, extremamente violenta, mas extremamente eficiente para garantir gestores totalmente impiedosos.

Esse exemplo é bom para percebermos que o grande capital não é apenas o capital proprietário último, mas são capitalistas dessa escala que estão coligados. E a essa escala de capitalistas se associam uma legião de assalariados de luxo, também comprometidos com remuneração ligada à lucratividade. Os exemplos internacionais – ainda não estou falando de Brasil – são: policiais, principalmente de aduana; juízes; intelectuais de diversos tipos e escopo para atuação na mídia; na pesquisa, no controle de publicações científicas; gestores públicos, principalmente de alguns cargos que são também remunerados pelo capital, como capitalistas, e que circulam, entram e saem de papéis na gestão pública; gestores da organização interna burguesa, portanto, das entidades associativas burguesas; gestores da filantropia burguesa ou leia-se “gestores da indução, da cooptação em grande escala na luta de classes”; além de gestores de prospecção de atividades lucrativas, onde quer que elas apareçam.

Falando sobre o redesenho das classes dominantes, também no mundo a gente vai assistir a uma “mafialização” generalizada. Essa que é o crescimento de grandes fortunas derivadas do que a gente pode chamar de “empreendedorismo selvagem”, resultante do tráfico de drogas, das armas, das milícias e da venda de segurança.

No caso do Afeganistão, por exemplo, foi empregada a mesma tática, mas com um perfil até menor do que aquele que foi empregado na China, no início do século XX, pelo império britânico, que foi a generalização da plantação de papoula para a fabricação de ópio. Houve não só o estímulo, mas sobretudo um “fechar de olhos” para esse tipo de atividade, que foi um pouco diferente na época da China, quando implantada diretamente pelo governo britânico. Assim, dessa vez, no Afeganistão, foi mais discreto. O que comentaristas internacionais apontam é que o ópio criou fortunas, não apenas entre talibãs, não apenas entre criminosos afegãos, mas também entre os soldados estadunidenses e entre estadunidenses que estavam no Afeganistão fazendo tráfico de ópio.

Na venda de segurança, por exemplo, tem-se as empresas privadas de segurança que atuam na guerra. Todo mundo conhece a BlackRock americana, que é a tragédia da privatização da guerra norte-americana, pois ela não entra nos acordos internacionais, e, assim, age como mercenária. Nós temos ainda uma sequência de outros mercenários, no cenário internacional, além de entidades sem fins lucrativos voltadas para a guerra. Então, é importante que a gente entenda essa configuração, porque ela está sob tensão.

Esse redesenho que resulta do capital-imperialismo significa massas crescentes com revoltas que não são controláveis, uma vez que essas massas não são assalariadas – no sentido contratual, mas são assalariadas no sentido da relação com o capital – e que, portanto, não estão sob o controle e sob a educação do patronato de maneira constante e contínua. Parte daí a tendência constante à vigilância à distância, através de formas que controlam muito mais do que controlariam uma fábrica, mas que são incapazes de construir uma disciplina comum, um mundo comum, uma forma de pensar comum. Podem controlar o movimento ou sua rapidez, se se levanta para ir ao banheiro ou se não se levanta, se está com um tom de voz irritado ou se não está, se os alunos estão prestando atenção na aula

ou se não estão. Tudo isso é possível controlar, mas não é possível garantir uma formação política comum, tal como o capital tentou fazer com os trabalhadores nas fábricas quando a disciplina e o despotismo fabril construía, de alguma forma, esse desenho para os setores populares, hoje – quando a população sem contrato já chega, no caso brasileiro, a quase metade da força de trabalho.

Essa transformação, que não é irrelevante, obriga a gente a pensar o conjunto das classes dominantes como um conjunto mais extenso do que os proprietários últimos. E também, as tensões internas das classes dominantes como tensões que reatualizam as formas tradicionais de tensão, como, por exemplo, o capital comercial, o capital bancário, o capital industrial, mas reatualizam essas formas em torno da escala. Então, a megapropriedade tem interesses em todos os setores, a financeirização, já desde Lênin, é a conexão entre os diferentes capitais. E que, portanto, obriga a gente a enfrentar junto com o tema ambiental, que é neste momento um dos temas mais candentes, o fato de que manter a conexão com as burguesias brasileiras – cujos capitais são construídos por cabeças geradas nesse formato, e, vale lembrar Florestan Fernandes, elas são mais sujeitas ao imperialismo, possivelmente até mais do que as burguesias estadunidenses – é uma situação que nos obriga, ao pensar o projeto, colocar essas questões como questões para a luta, para a consciência e para a formação.

No caso brasileiro, pelo menos desde 1964, a expansão do capitalismo envolve a interconexão, em primeiro lugar, geoestratégica com os Estados Unidos. E, em segundo lugar, uma interconexão de propriedade com vários países do mundo. Agora a estamos assistindo, inclusive, com a China, mas esta interconexão da propriedade se dá mais em tensões com o país do que, simplesmente, com a venda de mercadorias para a China. Isso ainda é pouco explorado neste cenário, pois há uma rejeição, e à medida em que cresce a tensão entre os Estados Unidos e a China, há uma

tendência em criar xenofobia contra o país chinês e uma sujeição absoluta aos Estados Unidos, qualquer que seja a configuração, mas nós sabemos que a situação é sempre um pouco mais complicada do que isso.

Mas o que eu queria lembrar é que o golpe de 1964, que foi construído pelas burguesias brasileiras, teve o apoio dos Estados Unidos. E, em 2016, o golpe foi construído pelas burguesias, seus representantes e suas entidades com a liderança da extrema direita. Teve apoio dos Estados Unidos para o golpe? Teve e não teve. Não precisou do apoio militar, o principal apoio dos Estados Unidos foi através da “Lava jato”, que se implantou aqui dentro do governo PT. São contradições importantes que a gente precisa ter mais ou menos claras.

No pós-constituição, falo de burguesias brasileiras, não da burguesia nacional, pois a expectativa de uma burguesia nacional é um tiro no pé. Há burguesias que nasceram aqui, mas que estão completamente comprometidas com os interesses do capital, no cenário internacional. Essas precisam controlar o estado brasileiro, e o farão, mas às custas de esmagar os trabalhadores, os camponeses, os indígenas e quem mais for. Não há burguesia democrática, hoje, no mundo. Há burguesias, sim, comprometidas com a divisão de poderes, com a representação pelo voto e com o controle das instituições, isso não quer dizer que elas sejam democráticas. É muito importante que isso, a meu juízo, fique claro.

Nós sofremos uma sequência de golpes, principalmente a partir de 2013, mas, na verdade, eles vinham se configurando desde 2004/2005. Os estudos mais recentes apontam que, desde o início do governo Lula, em 2003, já havia indícios da reorganização da extrema direita com o apoio internacional, mas a extrema direita brasileira tem papel internacional. Então, é uma coisa que a gente não pode jogar fora na hora da avaliação e do projeto.

Em suma, essa extrema direita assume a direção política e ultrapassa a direita, digamos, “tradicional”, pois ela não é tradicional, é uma direita razoavelmente moderna – mas temos que tomar cuidado na hora de comparar –, que abre caminho para a emergência de forças fascistas, do protofascismo. Toda a campanha da grande mídia corporativa das burguesias tradicionais foi no sentido de que talvez o fascismo não cheire como a gente gosta, talvez o perfume dele seja ruim ou seus modos sejam ruins, “mas nós vamos controlá-lo”, achavam as burguesias. Só que o fascismo é incontrollável e nós estamos diante disto. Vale lembrar que esse conjunto de burguesias tem uma enorme massa de capitais no exterior. Darei os dados: o último relatório de investimento externo, no Brasil, e de investimento brasileiro, no exterior, é de 2020, tendo o ano de 2019 como o ano-base, a mostrar que houve uma redução de investimento direto brasileiro, no exterior, em 2017 e 2018. Eles não explicam o porquê, mas eu suponho que nisso esteja envolvida a anistia fiscal, o repatriamento de capitais que foi feito no governo Temer, que permitiu o reingresso de capitais brasileiros, no exterior. Mas, no ano de 2019, o investimento estrangeiro que vem para o Brasil chegou a uma quantia total de 874 bilhões de dólares. Já o investimento direto no exterior, dinheiro brasileiro investido no exterior, atingiu 416 bilhões de dólares. Reparem que mais ou menos a metade do investimento entra, sai, e volta a crescer, em 2019. Informações do Banco Central demonstram que esse investimento direto no exterior constitui a categoria de ativos externos de maior volume, superior, inclusive, à posição das reservas internacionais brasileiras. Portanto nós temos um estoque de investimento direto no exterior de 416 bilhões de dólares, no final de 2019, e um montante total de reservas do país de 356 bilhões de dólares. É um pouco para mostrar o descompromisso dessa burguesia, e o seu compromisso com a lucratividade.

Mas o que nos interessa é entender que o avanço fascista não se limita ao Brasil. Nós temos, hoje, no mundo, algumas razões que permitem a gente pensar nessa expansão do fascismo. A primeira delas são as tensões intercapitalistas, as disputas por hegemonia no cenário internacional, que vêm principalmente dos Estados Unidos de maneira agressiva e violenta. Mas, independentemente disso, trata-se de disputa de mercado num cenário internacional. E o segundo elemento, que não é desprezível, é exatamente a massa de trabalhadores no mundo, nos mais diferentes países e proporções, que se manifesta, que luta e que não tem enquadramento partidário ou organizativo mais expressivo.

Nós assistimos, no ano passado, ao verdadeiro incêndio nos Estados Unidos com as lutas do Black lives matter (Vidas negras importam), em torno do assassinato de George Floyd. Nós estamos assistindo ao aumento das lutas feministas e antirracistas, no Brasil, e também, a inúmeras lutas massivas, algumas delas com saídas políticas muito interessantes, como nos casos da Argentina e do Chile. Lutas massivas que estão tentando construir forças políticas, mas a gente vê a dificuldade que está sendo a construção dessa diretriz política. Em parte, porque se precisa enfrentar a imensa devastação feita pelo capital, não apenas no terreno do trabalho, mas também no terreno do cotidiano, da vida e das consciências na educação, na saúde, nas formas organizativas.

O fascismo vem se defrontando contra essa burguesia que eu chamei “tradicional”, mas que não é exatamente tradicional, essa burguesia possui teor mais capital-imperialista. As duas burguesias estão de acordo com a devastação em relação aos direitos do trabalho, mas têm escalas diferentes, e, portanto, têm preocupação maior em garantir, ou não, o acesso a capitais estrangeiros e a mercados internacionais.

A tarefa do projeto nacional é derrotar o fascismo. Sem derrotar o fascismo é impossível enfrentar o que quer que seja, e derrotar

o fascismo precisa ser simultâneo à construção de grandes frentes populares, de grandes frentes de esquerda populares. Não porque a derrota do fascismo será feita unicamente pelas esquerdas, pois o fascismo precisa ser derrotado por mais do que isso, é possível, inclusive, pensar em mais alianças do que isso. Mas sem construir essas grandes frentes de luta populares – capazes de agregar as lutas sem tentar impor um caminho único para o conjunto dessas lutas –, o risco que nós temos é de continuar nas mãos da atuação burguesa, que tem recursos próprios, que usa recursos públicos, e o que é pior, que lucra a partir de atividades sem fins lucrativos e com a coleta desses recursos do público. Se não formos capazes de fazer essas frentes, estaremos de volta ao enfrentamento com burguesias, que não fazem mais uma cooptação pontual, e sim, fazem da cooptação um programa em escala internacional.

O segundo ponto é que derrotar o fascismo, hoje, eu espero, leve à vitória de Lula na próxima eleição. O que não significa uma situação fácil, mas, sim, um quadro difícilíssimo, que é simplesmente o de legitimar e de legalizar toda a tragédia anterior, desde 2015 até agora, e retomar um estado apenas de maneira nominal, cujos controles seguem nas mãos dos grandes capitalistas, de suas entidades e de seus aparelhos privados de hegemonia. Daí a importância da construção de uma frente constante, de uma frente que tenha confiança, que possa confiar uns nos outros, apesar de serem de grupos diferentes, ou apesar de não serem assim. A construção de um partido, talvez, de novo tipo, dependerá, fundamentalmente, da capacidade de generosidade, de confiança em cada uma dessas lutas, e que cada uma dessas conheça a importância das demais. Nenhuma dessas lutas que eu mencionei trabalha contra o capital; o trabalho contra o capital não é a luta dos sindicatos, não, o trabalho contra o capital é a luta do conjunto dos trabalhadores contra o capital. O sindicato é uma das organizações de trabalhadores. É trabalho contra o capital, contra a opressão às mulheres,

contra o racismo e pela questão ambiental, nenhuma dessas lutas tem alguma solução no quadro do capitalismo. Ao contrário, em todas elas o capital é devastador, mas o mesmo vem atuando no sentido de propor saídas para elas dentro do capitalismo. E é nesse movimento de cooptação que a gente precisa estar atento, pois isso não é permanente nem idêntico para todas as lutas. Não é porque nasceu ONG que é vendido ao capital para sempre, mas tem movimento que nasceu movimento e quando se menos espera está fazendo a pauta da Fundação Itaú ou a pauta da Fundação “sei lá qual”. Não é para condenar os movimentos, porque os movimentos atuam exatamente como os trabalhadores, eles precisam sobreviver. É para condenar, sim, a estrutura de cooptação, e não aqueles que são cooptados. Como também não é para criminalizar os trabalhadores, porque eles são trabalhadores. Esse é um movimento, a meu juízo, extremamente delicado e é fundamental, se o que a gente quer é um projeto revolucionário, um projeto com o conjunto dessas lutas.

Em último ponto, é uma estratégia permanente de autonomia, de independência e de organização de classe frente às burguesias e frente ao estado. Eu acho que está mais do que claro que o Estado brasileiro, e não apenas no período Bolsonaro, tem uma espada, que são as forças armadas. Agora, no período do Governo Bolsonaro, elas estão revelando a extensão do fascismo que as atravessa.

Desculpem por não formular um projeto, eu acho que não é o meu papel. O meu papel é mais o de trazer elementos, porque é meu juízo. Não basta defrontar o imperialismo lá fora, há de se defrontar o imperialismo aqui dentro. E para defrontar o imperialismo aqui dentro, a gente vai ter de lutar contra o mundo, vai ter de lutar contra os imperialistas lá fora. Também, nós não lutamos sozinhos, nós precisamos lutar com as massas de trabalhadores. Obrigada!



Ronaldo Pagotto

Companheiros e companheiras, muito boa tarde. Falar depois da Virgínia é difícil, porque a Virgínia tem um raciocínio e um pensamento muito complexos, ela vai envolvendo a gente, e o meu papel não é comentar. Então, eu vou apresentar alguns pontos, obviamente há muitas coisas que são convergentes, algumas têm diferenças, certamente, porque, enfim, é da vida mesmo. Espero contribuir neste debate com vocês.

Eu quero chamar atenção sobre o tema da questão nacional na perspectiva da chamada “luta revolucionária”. Esse é um tema que não está localizado em uma abstração, é um tema eminentemente prático e concreto. Ele diz respeito à nossa forma de aplicar o marxismo, de interpretar a realidade e de aplicar o marxismo na realidade, que sempre é uma realidade particular. Então, esse tema é muito importante e estratégico, embora sempre acompanhe muitas “pegadinhas”, que eu espero aqui não acabar contribuindo para aumentá-las no tema, mas que ajude, talvez, a lidar com algumas delas ou até mesmo bem identificá-las. Assim, espero contribuir nesse eixo. Mas eu queria chamar atenção para isso: é um tema muito prático e concreto, um problema muito atual e importante para se pensar sobre os desafios da luta revolucionária, no Brasil.

Esse tema poderia ser abordado de diversas maneiras, então eu escolhi uma forma de apresentar, dividindo-o em duas partes, tentando ficar bem estrito à proposta do seminário. A primeira parte é um pouco mais teórica e histórica, espero levar uma introdução ao tema; e a segunda são questões da política e da estratégia relacionadas a esse tema, e que eu pretendo dedicar-me mais.

Do aspecto teórico e histórico, tentando passar aqui de uma maneira sintética e correndo o risco de simplificar muitas questões, esse tema esteve presente na formulação da origem do marxismo. Obviamente que a origem do marxismo também é um momento importante de formação do Estado nacional. Muitas nações se formaram nesse período, e parte do nacionalismo – do que nós conhecemos como nacionalismo – também vai emergir nesse período. Além disso, é com Marx e Engels que se entende a ascensão da burguesia como classe dirigente. Então, muitas coisas estão acontecendo no momento em que Marx e Engels estão produzindo. Nesse sentido, não vou reputar a eles a resolução de questões que não estavam colocadas.

O surgimento do Estado nacional, a formação das nações – uma ebulição na Europa –, e a já citada ascendência da burguesia como força revolucionária e contrarrevolucionária. Sobre isso, Marx e Engels acompanharam e assistiram a burguesia ter uma postura revolucionária ao defender os seus interesses de classe, mas com uma postura absolutamente contrarrevolucionária [para o que não é de seu interesse], é o que nós conhecemos da burguesia.

O marxismo tem muitas afirmações clássicas, uma delas é, por exemplo: “As classes e o proletariado como centro da classe revolucionária são uma classe sem pátria”. A pátria, portanto, é uma construção burguesa, uma construção do capitalismo. E eles, Marx e Engels, irão deparar-se com o programa nacional lidando com o problema da Irlanda e com o da Polônia, pois toda a centralidade da análise que eles vão fazer – tentando compreender o capitalismo, o que ele tem de potência e de anúncio tanto do que virá adiante quanto do modo de produção superior –, está dedicada aos países centrais, sobretudo da Europa, não aos Estados Unidos, mesmo esse já ascendendo como país importante. Marx e Engels olhavam para os países como Inglaterra, Alemanha, França, e irão

deparar-se com o problema irlandês, que é uma associação – ou integração – subordinada, dependente, de traços coloniais. Nisso, eles irão deparar-se com um problema distinto, que é chamado, no século XX, de uma “luta de libertação nacional”. Como lidar com aquele problema nacional afirmando que o proletariado é internacional e que não tem pátria, não tem nacionalidade? Esta é a frase que finda o manifesto comunista: “Proletários de todo mundo, uni-vos”. Ou seja, havia toda uma perspectiva concreta, correta, de lidar com essa questão da formação das classes, e o proletariado também era uma classe em gestação naquele tempo. Mas isso não é o tema, então, só anuncio aqui.

O problema nacional, ou a chamada “questão nacional”, aparecerá de maneira lateral para os marxistas, sobretudo, na Primeira Internacional, ao lidar com o problema irlandês. Problema esse configurado em uma luta popular, forte e importante, que combinava questões de classes e de luta por libertação nacional contra uma colonização de domínio político, militar, econômico, cultural e tecnológico da sociedade irlandesa, além da Polônia, um país então submetido ao grande Império Russo. Então, esses dois países despertarão no marxismo o debate sobre a questão nacional. De certa forma, é um marco o debate sobre o que fazer e como desenvolver a luta de classes nesses dois países, combinando as classes em associação internacional com uma particularidade: a relação de tipo colonial com países importantes, como, à época, a Inglaterra e a Rússia – essa última já com um movimento revolucionário importante no seu interior.

Chamo atenção sobre o fato de que na própria Comuna de Paris esse tema irá aparecer. A professora Virgínia é professora de história. Vou me aventurar a comentar aqui um tema de história, a Comuna de Paris. Lembro a vocês que o levante em Paris foi em defesa de Paris, em defesa da cidade, mas contra uma guerra entre duas burguesias expansionistas, que se digladiavam por interesses

interimperialistas, digamos assim, resumidamente, aqui. Então, ali também aparece um traço desse tema nacional, que Marx, ao avaliá-lo, percebe que o desafio central era ter tomado o poder e garanti-lo para defender a França do ataque prussiano alemão e, assim, resolver os seus problemas internos e desenvolver uma revolução a partir daí.

Então, o debate vai aparecendo no marxismo dessa forma. Queria chamar a atenção de vocês também para uma questão: todo debate do marxismo, na segunda metade do século XIX, tentava olhar para quando o capitalismo padeceria de uma crise profunda, talvez, definitiva. Alguns marxistas sérios acreditavam na crise definitiva do capitalismo, outros acreditavam que somente com o controle do poder ou com uma ação revolucionária seria possível conter o capitalismo, e derrotá-lo. Esse era um debate muito importante na época, as perspectivas do capitalismo eram vistas como perspectivas não de longuíssima duração, mas, sim, como perspectivas concretas de transição. E a revolução era pensada numa perspectiva de onde ela começaria, porque a perspectiva, inclusive, era a de que os países da Europa Central estavam todos associados, de certa forma, a um mundo colonial, e essa revolução começaria nos países centrais e se espalharia para o mundo. Então, toda a perspectiva da revolução era sobre onde ela começaria, como seria o desenrolar dessa revolução, com base na experiência não triunfante, mas ameaçadora, do ponto de vista da nossa força, para as classes dominantes, que foi a Primavera dos Povos de 1848 – capítulo que anunciou a possibilidade de uma revolução conectar-se com outras e de, em uma sucessão, acontecer uma mudança profunda.

Mas, o que eu quero chamar a atenção para que fique claro, é que todo o debate do marxismo, da segunda metade do século XIX, é o da revolução mundial, então, não se tinha espaço para pensar como seria a revolução nacional e o seu desenvolvimento.

A perspectiva era pensar onde seria o estopim da revolução, onde estaria a primeira peça do dominó que, ao cair, ajudaria a derrubar as demais.

A problemática nacional estava nesse contexto. Então por muito tempo se pensou que a revolução iniciaria nos países em que o estágio do capitalismo estivesse mais avançado. Ainda em vida, Marx viu a mudança do que ele chamou de “centro de gravidade” dos países para a Rússia, o que seria um alerta, na época, para uma observação mais cuidadosa sobre as possibilidades da revolução ser iniciada num país não desenvolvido. Vejam que o debate era centrado no sentido de que a transição, o socialismo, a revolução seriam uma construção mundial. Uma observação, vamos dizer assim, para demarcar, pois o problema de como seria uma revolução e de como ela lidaria com seus problemas específicos nacionais estava muito associado a essa ideia de que ela seria mundial, na eminência de uma mundialização.

Com a virada do século XIX para o século XX, os marxistas irão enfrentar-se com o seguinte problema: é possível acreditar que o capitalismo viria a colapsar ou a ruir por suas próprias contradições e crises? Esse foi um debate importante, Lênin fez uma contribuição relevante ao dizer que não há crise com o colapso do capitalismo, pois o capitalismo em crise é mais exploração para os países coloniais, para os países do sistema colonial, para os países da periferia, como foram chamados depois os países do Terceiro Mundo – cada hora há uma classificação para esses países. Além disso, Lênin disse não haver crise definitiva, ou seja, para que não tenhamos otimismo com qualquer perspectiva do capitalismo ruir pelas suas próprias contradições e crises, ele terá de ser derrubado.

Então, Lênin ressalta que a crise do capitalismo significa espoliação, e que essa conta vai ser paga pelos povos da periferia, pelos povos dos países associados à Europa Central ou a países centrais do capitalismo. E também, já anunciando que esse capitalismo está

vivendo uma transformação profunda a partir do então capitalismo dos grandes monopólios, das grandes empresas, que depois irão tornar-se empresas transnacionais – sendo esse um objeto que a professora Virgínia tratou aqui, evidenciando o quão importante é o papel dessas empresas numa conjuntura como a nossa.

Lênin, então, trará produções sobre o problema do capitalismo, da revolução e da transição para o socialismo, justamente em um país periférico, um país em que as condições objetivas, chamadas assim – uma teoria –, não estavam dadas para uma transição socialista. Então, o problema se colocou de uma maneira diferente, talvez. A questão nacional se colocou de uma maneira diferente. Como lidar com a revolução a partir de um país em que as condições estão em outro estágio? Esse é um problema muito importante, e, de certa forma, essa é uma das contribuições mais originais de Lênin. Mas não só essa, o revolucionário observa também a transformação do capitalismo na era dos monopólios e do imperialismo, o livro, de 1917⁴, trata desse tema. São transformações no capitalismo a partir de uma leitura do marxismo com base na “periferia” – assim, entre aspas, pois esse nome muda a cada tempo.

Lênin afirma ainda uma outra questão: de que na era do imperialismo os conflitos e a crise capitalista não resultam em sua superação, ou numa transição, ou na sua derrocada, ou no seu colapso, como defendia Kautsky. Pelo contrário, Lênin diz que, nesse tempo de crise, resulta-se em mais exploração e “guerra de rapina”. Então, o revolucionário russo será, de algum modo, uma das referências a fazer uma certa previsão de que o capitalismo em crise viria com guerras de disputa do tipo colonial, cujo nome, nos tempos modernos, seria de “disputa imperialista”. Assim, muda-

4 LÊNIN, V.I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo. Global Editora, 3^a ed. 1985.

-se um pouco o olhar sobre a perspectiva do capitalismo, a partir, então, de uma perspectiva muito agressiva de que ele, em crise, aumenta a exploração, e a faz ser paga pela periferia.

Nesse sentido, Marx também comenta que o capitalismo desenvolvido na Europa Central atua de forma a ter trabalho livre, mas apenas porque tem trabalho escravo nas colônias e na periferia. Ou seja, a todo tempo Marx faz uma análise associada, integrando o globo e o seu papel, mostrando que o que permitiu que a Europa Central, principalmente Inglaterra e Alemanha, se desenvolvesse num ritmo muito acelerado foi a acumulação primitiva acontecendo também nas periferias.

Lênin faz, então, uma contribuição muito particular, responsável em aplicar o marxismo em uma realidade muito distinta daquela original. Ele lida com a questão nacional de uma maneira mais original ainda, pois o mesmo fala de um problema muito concreto: o fato de que a Rússia era um país muito associado, de uma maneira dependente, à França e à Alemanha. Então, tem-se aí uma contribuição importante, original, que marca o marxismo no século XX, principalmente se a gente pensar na influência do Lênin, de que ela alcança diversos outros, de certa forma, continuadores desse tipo de abordagem. Assim, o tema da questão nacional se torna um tema importante nas obras de Mao, de Ho Chi Minh, do pensamento marxista africano – seja da África Subsaariana, seja da África mais próxima da Europa, da África Árabe, ou como chama-se, da Magrebe.

Todo o pensamento marxista, do século XX, depara-se com um tema chamado de “questão nacional” de uma maneira mais original do que conseguimos produzir, no século XIX. E isso não é uma crítica ao século XIX, seria mais original, porque o problema nacional era um problema eminentemente concreto nessas sociedades. Um parêntese aqui: falar de questão nacional, na Europa Ocidental, naquela época, e até hoje, é falar sobre os países centrais da

Europa terem muito mais associação com o expansionismo burguês, com o nacionalismo burguês, do que com qualquer traço de luta de libertação nacional. Ao contrário do que acontece com o marxismo vivo, nascido em paragens distintas, em que o tema nacional tem associação com o tema da luta revolucionária, uma associação, inclusive, que não se pode dissociar. Há uma série de pensamentos, no século XX. O próprio Fidel também tem, enfim, desse marxismo que vai nascer e se desenvolver na periferia, e que vai deparar-se e se enfrentar com o tema nacional a partir de uma maneira distinta, de uma qualidade distinta, porque esse é um problema concreto dessas revoluções.

Quero chamar a atenção de vocês para o fato de que esse tema, muitas vezes, entra associado a uma certa ideia de vinculação com as burguesias nacionais. Em algumas realidades, essa associação virou uma tática central de partidos, mas essa não é uma lógica única desse tratamento e dessa abordagem. Ao contrário, para a maior parte das experiências revolucionárias, de processos revolucionários – alguns vitoriosos, outros foram estancados por razões muito variadas –, esse tema foi um tema de potência, foi parte de um processo não de associação com burguesias nacionais, mas um tema de potência da luta popular. E que, portanto, esteve sempre presente nessas revoluções e processos revolucionários desse chamado Terceiro Mundo, dos países de “tipo oriental”, como chamou Gramsci.

Nesses países de tipo colonial, as burguesias nasceram, desenvolveram-se e prosseguiram com uma associação subordinada com a grande burguesia mundial. As burguesias, as classes dominantes – mais do que simplesmente as burguesias e classes dominantes do mundo –, têm uma associação, são sócias minoritárias, não são e não foram detentoras de projeto nacional em grande medida, em nenhum dos momentos históricos, no século XX. Sobre tudo com a ameaça da bandeira vermelha no mundo, elas ado-

taram uma postura antinacional. Recorro aqui ao mestre Florestan Fernandes, um sistematizador do pensamento marxista, mas também da interpretação do marxismo na nossa América Latina, ao dizer que a burguesia brasileira, só para citar uma delas, sempre foi antinacional. Então, há um conteúdo que essas burguesias, sequer, desenvolveram: o nacionalismo. Havia um tipo burguês, o tipo de nacionalismo expansionista que conhecemos nas grandes potências. Por aqui, esse nacionalismo das burguesias brasileiras e latinas – posso estender à África e à Ásia – sempre foi um nacionalismo falso, limitado, um nacionalismo de entrega. Essas burguesias sempre foram muito mais entreguistas, então, elas nunca abraçaram o tema nacional a não ser ideologicamente.

O pensamento revolucionário viveu duas grandes crises, no século XX. A primeira é a crise da Primeira Guerra Mundial, e a segunda crise é a do final das experiências soviéticas. Entre 1910 e 1914, a guerra interimperialista estava sendo anunciada dia a dia, os tambores da guerra estavam ressoando no mundo, sobretudo, na Europa, em seus conflitos interimperialistas. Os marxistas organizados, então, na Segunda Internacional, irão travar um debate importante sobre esse tema. Tal debate se orientou no sentido de afirmar que a guerra é contra os senhores, contra as burguesias nacionais, e não entre trabalhadores, entre os povos explorados e oprimidos desses países, que se matam numa guerra de interesses interimperialistas e do grande capital. Havia um debate anunciando a guerra como vindoura, e anunciando a necessidade de converter a guerra interimperialista em uma guerra contra os patrões, em uma guerra nacional. Converter, então, uma guerra mundial interimperialista em uma guerra nacional contra os patrões. Esse momento foi uma grande crise no socialismo, porque parte dos socialistas aderiram a uma posição chamada, corretamente, de uma “posição oportunista” de se submeter ao que seria uma opinião pública ou a um senso comum construído.

Na primeira década do século XX, de 1900 em diante, fim da Belle Époque⁵, fim da era vitoriana⁶, época de razoável paz na Europa, os tambores da guerra já estavam ativos, e a guerra já estava sendo anunciada pelos investimentos militares, pelas questões diplomáticas, pelas provocações e por uma série de contextos, fatos e circunstâncias. Essa guerra – sua ideia e seu horizonte – foi construída também dentro dos países, através do convencimento da massa da população sobre a correção de uma guerra, a necessidade de uma guerra, a urgência de uma guerra e, depois, sobre a inevitabilidade de uma guerra. Esse foi o desafio. E, assim, as burguesias fizeram, cumpriram esse desafio de uma maneira muito ousada, pois tiveram de convencer imensas maiorias de que a guerra era uma necessidade de sobrevivência nacional. Ou seja, elas usaram do nacionalismo, que é um ideário bastante complexo de se trabalhar, mas de forma a explorar e a desenvolver em cima desse nacionalismo – que nós vamos chamar aqui de um nacionalismo do tipo “expansionista burguês” – toda uma ideia de justificar a guerra. Mais do que justificar, tornar uma necessidade, mais do que tornar uma necessidade, tornar urgente, e mais do que tornar urgente, tornar inevitável. Ou seja, é um caminho muito ousado, uma engenharia política e ideológica muito robusta. Não foi um porta-voz falando que a guerra era necessária, não, mas um conjunto de jornais, de partidos, de governos fazendo propaganda diuturna da necessidade da guerra. E quando os partidos integrantes da Segunda Internacional, os partidos marxistas, depararam-se com isso, com esse problema de aprovar ou não, por exemplo, créditos que ajudariam a incentivar a produção industrial militar,

5 *Belle Époque*, ou Bela Época, é marcada pelo desenvolvimento da cultura cosmopolita e avanços técnico-científicos, na Europa. Compreende o período entre o fim da Guerra Franco-Prussiana (1871) e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914).

6 Reinado da Rainha Vitória, na Inglaterra, entre os anos 1837 a 1901.

para garantir condições de enfrentar uma guerra – em tese, defensiva, mas que a gente sabe que era uma guerra de agressão, uma guerra de disputa. Esses partidos ficaram em dúvida. Dúvida essa entre submeter-se a uma coerência revolucionária e dizer “não” ao clamor da sociedade, ou aderir ao clamor da sociedade com receio de perder o apoio da sociedade, naquela época, por exemplo, do Partido Social-Democrata Alemão –, que tinha ganhado muitos apoios, tinha uma presença muito grande no parlamento e nas prefeituras. Então, nessa divisão, a maior parte do referido partido – o mais importante dos partidos – aderiu ao chamado “nacionalismo”, e esse acontecimento ficou conhecido como “a grande traição da social-democracia”, uma traição de tipo nacional chauvinista⁷. Assim, essa crise foi como uma hecatombe, uma crise profunda, só comparada à crise de 1989 e 1991.

Aqui, entro na segunda parte da apresentação. A questão nacional é um tema desenvolvido no marxismo da periferia, não por abstração ou ilustração, mas por ter que lidar com um problema concreto da revolução. Não como um tema distante ou como um tema a mais, mas enquanto tema concreto e, em muitos momentos, enquanto tema central.

Embora as questões se misturem, quero tratar do aspecto político. Vou fazer destaques sobre esse tema. O imperialismo é o que Lênin chamou de “estágio superior do capitalismo”, e a formação dos blocos de monopólios – que vão acentuar a divisão internacional do trabalho – serão recebidos pelos países e continentes como se fossem aptidões desenhadas pela divisão internacional do trabalho. O imperialismo é o resultado da centralização e da concentração

7 Nicolas Chauvin foi um soldado de Napoleão que, mesmo ferido em inúmeras batalhas, não desistiu de defender a poderosa França. Virou um símbolo enquanto figura obstinada, obcecada e até mesmo doentia com o fervor da defesa nacional. Chauvin, então, deu nome a essa obsessão em defesa do nacionalismo.

de capital. O imperialismo tem a guerra como um meio de ampliar o seu domínio, um meio para destruir e reconstruir, não como um resultado de desavenças nacionais. O imperialismo vive da guerra, a guerra não é um reflexo ou uma consequência nefasta, ela é parte do jogo interimperialista e da disputa imperialista.

Voltando aqui a questões mais de política e de estratégia, a relação do imperialismo com as economias nacionais, com os países nacionais, com os povos do mundo, é uma relação de dominação econômica, e para tê-la, a porta de entrada é uma dominação ideológica, cultural, política, militar e econômica. Então, a relação do imperialismo com o mundo é uma relação de dominância, de controle. Alguns autores como Hobsbawm, por exemplo, irão tratar o colonialismo antigo, aquilo de ter um país “porteira fechada” como algo muito custoso, pois se tinha que manter o povo controlado. Um bom filme para ver esta transição é o filme “Queimada!”, do cineasta Gillo Pontecorvo, com o Marlon Brando, um belíssimo filme para ver a transição no sentido de que colônia “porteira fechada” era muito contraditória, seria melhor libertá-la, deixar seu povo livre e, assim, estabelecer relações comerciais. O que se queria com esse povo livre? Liberdade de mercado, contratação de mão de obra barata, extração de minério, matéria-prima barata e a custo definido no exterior, que são mecanismos de trocas desiguais. Enfim, um conjunto de novos papéis que esses países iriam cumprir. Mais adiante, esses países dominados, por sua vez, cumprirão também um papel de serem compradores do que os países centrais produzem, acentuando o mecanismo das trocas desiguais como parte dessa engrenagem. Isso para dizer que o imperialismo gera uma contradição de tipo nacional, que, sim, obriga as classes dominantes nacionais a serem sócias minoritárias, isso é contraditório. Eu não estou dizendo que essa é uma contradição explosiva, definitiva ou antagônica que coloca as burguesias nacionais, digamos assim, contra o imperialismo, mas essa

é uma contradição real. Lembrando um poeta, “tudo que move é sagrado”, essas contradições são importantes de serem observadas, pois essas contradições não são resolvidas pela associação subordinada ao imperialismo, elas existem, estão aí. Se tem latência, se ganharão um nível de contradição mais aguda, não depende da nossa vontade, depende das circunstâncias do capitalismo, de suas crises e de sua capacidade de coesionar, mas em muitos países essas contradições geraram uma divisão na burguesia. Um exemplo ilustrativo disso foi a Revolução Chinesa, que não teria acontecido sem uma divisão da classe dominante e da burguesia chinesa, essa é reconhecida, inclusive, numa estrelinha da bandeira.

A discussão da questão nacional é compreender que a relação imperialista resultava em contradições também com a burguesia nacional. Agora, inferir que essa contradição faz com que essa burguesia seja revolucionária, a meu ver, é uma conclusão equivocada, mas é uma conclusão datada, principalmente, na primeira metade do século XX, em que se criou uma ideia, a partir de uma interpretação de Lênin, de que para o socialismo haveria duas revoluções. A primeira seria uma etapa capitalista, e, assim, qual é a força dirigente, a classe dirigente, a classe revolucionária, do capitalismo? A burguesia. Então, criou-se uma leitura mecânica da revolução em que duas revoluções teriam táticas diferentes. Portanto aí vem o debate do etapismo, que eu tenho que fazer aqui só uma menção. O etapismo é um desvio de qualquer leitura mais complexa do problema nacional e do problema do imperialismo das economias nacionais, como também o é nos países periféricos.

A relação do imperialismo nos países periféricos é uma relação de subordinação, de atrofia, que tanto condiciona o desenvolvimento nacional quanto determina o ritmo desse desenvolvimento. Portanto ela cria, de fora para dentro, a necessidade de construir relações associadas, sócias minoritárias, com essas burguesias nacionais não nacionalistas. E aqui eu estou chegando no

ponto importante da questão. Reconhecer que essa contradição existe não é apontar que ela é a contradição central, mas é encontrar nessa contradição um problema que nós não podemos simplesmente tratar como inexistente ou como algo monolítico, pois esse problema não resulta em monolitismo, esse problema tem potencial de esgarçar e de explorar.

O que eu quero destacar aqui é: qual é o papel das forças revolucionárias num processo? Dividir os inimigos, neutralizar as frações mais moderadas, mais vacilantes, isolar as frações mais radicais. Ou seja, o nosso papel é grande nesse sentido, além de unificar o nosso campo, é dividir o campo inimigo. E o tema nacional é um tema importante para isso, porque essa contradição é existente. Vejam, essa contradição gera um tipo de burguesia que é a nossa burguesia, uma burguesia absolutamente antinacional, que nunca teve aspirações nacionais. Diferente de quando falamos da questão nacional, por exemplo, nos Estados Unidos. Nesse país, a questão nacional resulta em um debate sobre a entrada de imigrantes, sobre a Doutrina Monroe – a “América para os americanos” –, que é um expansionismo burguês, tem nome para isso. Mas por aqui esse expansionismo ensaiou uma reação, algumas iniciativas para a conquista territorial, como a guerra contra o Paraguai, mas nunca teve conteúdo de aspirações realmente nacionais.

A classe dominante da periferia do mundo tem uma capacidade imensa: é profundamente antinacional, ao mesmo tempo que explora o nacionalismo e o joga como sendo o defensor da pátria. Aqui nós temos um exemplo muito claro, não precisaria ir longe, o Governo Bolsonaro e a camarilha que faz parte desse consórcio falam todo dia em pátria, em bandeira nacional, mas são os maiores entreguistas, os maiores “vende pátrias” que nós temos, eles não perdem a oportunidade de fazer acordos e negócios espúrios em prejuízo ao Brasil.

Então, tratar do tema nacional na nossa realidade, assim como na realidade dos países periféricos, terceiro-mundistas, enfim – cada hora uma denominação –, exige um conteúdo muito particular, e precisa ser enfrentado. Alguns dirão que isso pode gerar um nacionalismo. Vamos olhar para o exemplo de Cuba. Não é assim que os cubanos se autoreivindicam, mas eu vou fazer uma referência “de fora para dentro” sobre Cuba. Eu acho que Cuba, talvez, seja um dos países mais nacionalistas que existem, e também um dos mais internacionalistas. Ou seja, dando lugar a um nacionalismo libertário, nacionalismo esse que não tem relação com a ideia de aliança com a burguesia, mas, sim, a explorar as contradições que alcançam – também – a burguesia, para dividi-la, para neutralizá-la.

Assim, acho que o nacionalismo, por essas paragens, tem um conteúdo de libertação nacional. É assim que ele foi chamado por grande parte dos países da periferia do capitalismo, ao longo século XX, em lutas de libertação importantes. Porque essas libertações nacionais, na época da formação das nações e na ascensão das nações em construção, eram lutas capitaneadas por burguesias, mas que, no imperialismo, essas burguesias são associadas e subalternas. E que, portanto, entregam o desafio da libertação nacional, da construção de uma revolução, associando as questões de classes que são, como disse a professora, o eixo norteador, o veio principal para compreender contra quem lutamos e com quem contamos. O desafio da autonomia e da independência de classes, duas questões importantes aqui, não podem desprezar a necessidade de apreciar a realidade a partir de suas contradições específicas. E na realidade de países como o Brasil, na América Latina, o tema nacional tem uma potência por conta de sua história.

Quando falamos em projeto nacional, não é um projeto de conexão, de aliança estratégica ou de aliança com dependência, como muitas vezes isso ficou associado de uma maneira livre. É

afirmar a libertação nacional associada a um processo revolucionário. Não haverá libertação nacional, no Brasil, sem um processo impulsionado pelas classes populares lideradas pelo proletariado. Então, nós estamos falando aqui de uma questão eminentemente prática. E o que eu queria chamar a atenção, para finalizar, é que as classes dominantes desses países, como o nosso, países de Terceiro Mundo, têm uma enorme capacidade. Essas classes são profundamente antinacionais, mas usam o nacionalismo de uma maneira ideológica e descolada da realidade, obviamente, porque a prática concreta é a de que elas são antinacionais, de maneira que conseguem conquistar e defender a pátria, atacando-a. Nesse sentido, não tem nada mais antinacional do que as classes dominantes. A exemplo da classe dominante brasileira, que é profundamente antinacional, mesmo sendo essa quem “defende” a bandeira nacional.

E por que foi que eu disse que esse tema está na estratégia? Nesse tema, nós não escolhemos que o povo brasileiro fosse dominado a partir de uma dominação ideológica brutal. A dominação ideológica, no Brasil, é em um nível muito mais robusto do que a dominação ideológica nos países do chamado “capitalismo central”. Aqui, essa dominação ideológica precisa naturalizar a barbárie, precisa naturalizar e tornar aceitável o absurdo que é a realidade brasileira e latino-americana. Então, as classes dominantes por aqui, na América Latina, na África Subsaariana e na África Árabe, precisam ter uma capacidade muito maior de transformar o absurdo, a barbárie – dando um nome mais apropriado –, em algo da vida natural. Para isso, essas classes têm certa engenharia e habilidade muito mais complexas, capazes de fazer com que as suas bandeiras antinacionais sejam vistas como algo da vida, e ainda, de fazer com que as classes dominantes sejam vistas como responsáveis por defender a nação.

E, aqui, um parêntese: os símbolos nacionais são da história do Brasil. Obviamente que a história do Brasil é a história dos

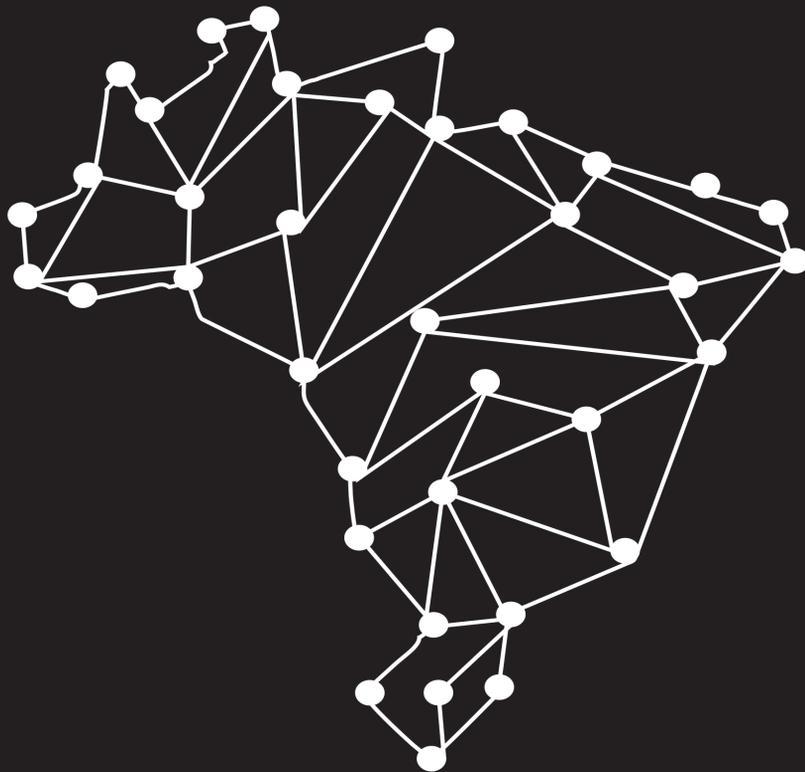
vitoriosos nas batalhas anteriores, e, portanto, é contada a partir dos vitoriosos, a partir das classes dominantes brasileiras, antinacionais, antipopulares, antidemocráticas. Toda hora eu falo isso, mas é mantra do velho Florestan Fernandes. Mas essas bandeiras e símbolos são populares. Nós não escolhemos o que é símbolo popular, é o povo que elege, é uma construção cultural de centenas de anos, talvez. E esses símbolos dizem muito para as pessoas, e nós não temos o direito de fazer com que os símbolos nacionais sejam entregues nas mãos dos “vende pátria”, como eram chamados os entreguistas pelo marxismo, no século XX. Então, falarei o português correto aqui, esses símbolos precisam ser tomados, manuseados por nós. É o vermelho, símbolo internacional da luta, com o verde e amarelo brasileiro. Isso não tem nenhum simbolismo de associação com as classes dominantes brasileiras. Esta classe dominante brasileira, aqui, não tem amor, não tem apreço, não tem respeito pelos símbolos nacionais, ela é, portanto, profundamente antinacional. Aliás, a qualquer estalo, a qualquer estampido, de quando o povo se levanta, essa classe dominante vai toda embora para Miami. A maior parte da classe dominante brasileira, que não chega a um milhão de famílias, tem apartamento na Europa e nos Estados Unidos, se “apertar a corda”, aqui, ela vai embora no primeiro momento, sem apreço, tem dupla cidadania. É uma relação com o Brasil, meramente, de exploração e de sujeição do povo. Dessa maneira, nós estamos falando de símbolos nacionais que precisam ser tomados, arrancados das mãos desses entreguistas, desses antinacionais, desses “antipovo”. E isso é estratégico, não está no terreno da questão acessória, é preciso combinar a defesa das nossas bandeiras: a bandeira vermelha, em mastro alto, junto à bandeira nacional.

A questão nacional, para nós, é caríssima, pois é uma luta ideológica tremenda, pois, também, parte da esquerda brasileira, quando ouve falar do tema nacional, lembra-se logo do trauma da

esquerda europeia, é normal. Quando se fala em questão nacional, na França, é xenofobia. Questão nacional, na Alemanha, é impedir que os imigrantes cheguem. Questão nacional, na Inglaterra, é, sim, dominar a Irlanda, submeter os seus países satelizados até hoje em uma monarquia espúria, é isso. Lá tem esse conteúdo, aqui não, aqui tem potencial para muita coisa. Mas, por enquanto, quem tem feito mais uso do tema nacional por aqui são os nossos inimigos, que bradam a bandeira nacional, que usam a bandeira nacional contra o Brasil, contra o povo, e a maioria da sociedade brasileira composta pelas classes populares precisará tomar esses símbolos, retomar esses símbolos para fazer a sua revolução.

Ao acompanharem a eloquência com a qual eu falo sobre esse tema não a tomem como uma tentativa de impor as minhas ideias, é mais pela eloquência do próprio tema. Desculpem-me se, muitas vezes, eu me exaltei aqui, mas o tema é muito quente, é um tema com o qual a gente tem que ter muito carinho. E eu parabeniço o MPA pela iniciativa de fazer um debate sobre esse tema, pois ele é caríssimo para nós, além de ser um assunto, eminentemente, dos marxistas e revolucionários dos países de Terceiro Mundo, dos países em desenvolvimento, dos países da periferia do capitalismo.

Longa vida! Espero que tenhamos um bom debate, e outros espaços como este para tratar do tema. E, de novo, eu gostaria de saudar a minha professora querida, Virgínia Fontes, por quem eu tenho muita admiração pela inquietude e pela capacidade de formular e de observar a realidade.



Projeto Nacional e Projeto Popular para o Brasil

Debate na via histórica e os diferentes
ciclos/momentos de construção
da Civilização Brasileira.

Walter Sorrentino

Mais uma vez, boa tarde a todas e a todos. Eu quero felicitá-los por essa iniciativa dos seminários, vocês são show nessa matéria aqui. Estou muito grato pelo convite, muito feliz de estar com vocês, embora não presencialmente. As pessoas... tem um verso que diz que feliz nós somos muito mais perigosos, então é bom que a gente esteja feliz de estar junto. Quero parabenizar todas as mulheres, que é muito estimulante ver as mulheres, acho que em grande maioria aqui. Admiro muito vocês todos, sempre aprendo muito quando estivemos juntos, isso é muito estimulante para mim, espero dar uma contribuição aqui dentro desse tempo estipulado.

Projeto nacional e projeto popular para o Brasil. Vou começar logo pelo fim, é um projeto só, não tem porque separar os dois termos. O projeto popular só pode ser um projeto nacional, o projeto nacional só pode ser sustentado por forças populares. Então, nós só podemos partir, sim, de situar o círculo civilizatório, mas uma visão panorâmica, porque debates históricos são muito prolongados, muito densos, e talvez a gente perdesse muito tempo com isso. Foram muito complexos os debates sobre o caráter da formação econômica social brasileira, desde os tempos da colônia. Há muitos livros sobre isso, eu sei que vocês estudam muito isso. Mas, enfim, o mais marcante é que nós somos uma nação jovem, uma nação jovem que logrou grande feito de constituir um povo uno, num grande território, um grande potencial em todos os sentidos da natureza, e um povo reconhecido como um povo singular, uma cultura muito marcante admirada no mundo, e sempre se conheceu como o Brasil do futuro.

Isso daqui foi alcançado com dois ciclos, grandes ciclos civilizacionais. E foram muitos os homens e as mulheres que encarnaram o espírito da época, o espírito do tempo, e que cristalizaram, naqueles momentos determinados, certos princípios gerais que nos trouxeram e nos legaram a nação em que a gente vive. Quer dizer, diversos momentos, particularmente nesses dois ciclos civilizacionais, formou-se a vontade geral do povo brasileiro. Teve a primeira guerra de expulsão, Guerra dos Guararapes, expulsão dos holandeses, quando houve uma autoidentidade do povo brasileiro. O primeiro grande ciclo foi esse processo todo, desde a colônia, que nos levou à independência, à abolição, à República, formamos um estado nacional precoce, em 1822, antes mesmo de termos formado uma nação mais integrada e autorreconhecida. Mas, enfim, tivemos grandes avanços nesse processo, e resultou nisso, um país detentor de um território continental, um dos cinco maiores PIBS⁸ do mundo, a sexta população e o quinto território do mundo, a chamada segunda maior democracia eleitoral, ou seja, isso que nós temos aqui.

Mas tudo começou lá nesse primeiro ciclo civilizacional, onde tem que se destacar o papel de José Bonifácio, e do herói Tiradentes, como símbolos, síntese de toda essa grande gesta. E o segundo, é quando o Brasil conseguiu entrar na época moderna, industrializar-se, que veio com a revolução de 30, e abriu um desenvolvimento capitalista que fecundo, intenso, o Brasil era a China do século passado, século XX, que se estendeu até o fim dos anos 70. A referência maior disso foi Getúlio Vargas, e Celso Furtado como ideólogo, mas muitos outros também, uma legião deles.

Em geral, um projeto conservador, mas houve muitas disputas entre conservadores e progressistas, muitos intervieram no

8 Produto Interno Bruto – PIB.

debate da nação. Nesse momento, na esquerda, tinha surgido o Partido Comunista do Brasil. Em 1922, a esquerda adotou uma perspectiva estratégica de luta anti-imperialista e anti-latifundiária, que era o percurso que se imaginava possível para o socialismo, no Brasil, e claro, houve muitas disputas nesse terreno, sobretudo com os estratos dominantes e conservadores que não têm uma visão anti-imperialista. E tinha sempre os estratos intermediários, como foi a questão da teoria da dependência⁹, em suas múltiplas vertentes, uma das quais de Fernando Henrique Cardoso, que recusava uma visão anti-imperialista, mas representava o extinto, os interesses das classes industriais brasileiras que naquele momento hegemonizavam o processo do desenvolvimento brasileiro. Ao final da década de 80, a burguesia brasileira, em especial, a burguesia industrial, como eu acabei de dizer, tinham perdido força, já não eram mais capazes de liderar um projeto nacional de desenvolvimento. Quer dizer, a partir de 1980, seguiram-se duas décadas perdidas, a de 1980 e a de 1990, e a de 1990 foi muito grave também, não só pelo empobrecimento dos brasileiros, mas porque abriu as portas para o neoliberalismo, e a nação entrou em relativa decadência nesse período.

O grande legado dos anos 80 foi a Constituição democrática de 88. Os grandes nomes são muitos, desde os democratas e gente de esquerda na luta contra a ditadura, mas destaca-se nisso o surgimento do PT, o Partido dos Trabalhadores, embora me pareça que tardiamente, demorou, digamos assim, a superar os preconceitos de seu nascimento, que era mais uma estratégia da sociedade

9 Outra vertente da Teoria da Dependência foi desenvolvida por militantes e intelectuais como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank entre outros. Essa vertente, ao contrário da concepção desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso, parte da teoria marxista e recupera o papel do imperialismo para explicar a dependência e o subdesenvolvimento dos países Latino-americanos, formulando uma Teoria Marxista da Dependência.

civil contra o estado, uma visão antiestatista, e por um projeto nacional que não tinha, porque a base geral desse pensamento era uma noção anti-patrimonialista como tese central da interpretação do que é o Brasil, e até certo ponto weberiana. Nunca aderiu, propriamente, uma visão marxista das lutas de classe, embora evidente no PT, teve gente do tamanho de um Florestan Fernandes que transcendeu isso, entre outros, mas Florestan era um comunista, como ele próprio dizia.

Então, nós precisamos partir daí para entender este momento na luta por um projeto nacional popular no Brasil. Qual é o ponto? Nós temos que partir dos impasses atuais - eu quero gastar mais tempo aqui - é uma exigência ver o projeto nacional popular no contexto concreto de cada época, da singularidade de cada momento, na dinâmica da história social, econômica, política do Brasil, e na dinâmica do curso político, das lutas políticas de classe, não só nacional, como também internacionais. Então, eu acho que aqui tem que se registrar com letras de fogo a crise estrutural, a encruzilhada histórica que nós estamos no Brasil já há algum tempo. O rumo atual do país, companheiros e companheiras, vai acentuando a condição semiperiférica do Brasil na ordem global, apesar de ser uma das grandes nações do mundo.

Hoje, o Brasil está de joelhos, está numa marcha de desconstrução nacional, ameaçado em sua soberania, é maior ainda hoje o atraso relativo, econômico e tecnológico com relação aos outros países. E ainda eu dizia um relativo esgotamento do potencial intelectual das nossas lutas, inclusive a esquerda, para falar francamente, tamanha a derrubada do país. Nós estamos na terceira década perdida para nosso povo, em termos de desenvolvimento e renda, isolados. Aproveitar no plano internacional essa nova realidade multipolar que eu vou tratar mais diante, atrelado a um governo Bolsonaro, que por sua vez se atrelou à estratégia norte-americana contra a China pelo dito ocidente. Na verdade,

não é ocidente, é a estratégia do norte, dos Estados Unidos o imperialismo norte-americano.

Um retrato dessa regressão é que o produto interno per capita, por exemplo, cresceu 4,5 por cento ao ano, entre 1950 e 1980, e depois rastejou a taxas de 1,2 por cento entre 1980 e 2014. E para piorar, entrou em recessão, entrou em queda, desde 2014. A recessão que nós tivemos no fim do período Dilma foi a maior da história do país, 5,2 por cento de queda do PIB. O Brasil tinha 4,3 por cento do PIB mundial, em 1980, e fica com menos de 2,5 por cento, em 2020. Entre 1981 e 1990, primeira década perdida, o PIB cresceu 38 por cento no mundo. Entre 1981 e 1990, que é a primeira década perdida, foi a pior queda da nossa história econômica, e entre 2011 e 2020, a pior década em crescimento do PIB de toda a nossa história econômica. Então, gente, eu digo isso, poderia me estender, mas para propor um paralelo para vocês, um paralelo da situação atual com as duas primeiras décadas do século XX, 1900 a 1920. O Brasil, naqueles acontecimentos, precisava fazer uma opção, tinha acabado o Império, tinha sido proclamada a República, tinha sido abolida a escravidão, e o Brasil precisava encontrar um destino.

Aquele momento, gente, naquelas duas décadas, a sociedade brasileira ociosa por modernização, efervescência, debates, levantes, tentativas de golpe, tenentismo, formação do Partido Comunista do Brasil, a Semana da Arte Moderna, o anseio de modernizar o país. Isso conseguimos fazer. Para enfrentar o subdesenvolvimento, fizemos com o movimento de 30, tendo à frente Getúlio Vargas, o grande estadista brasileiro, embora conservador, e aí começamos essa jornada. Por que eu estou dizendo isso? Porque numa visão mais de conjunto, o que eu acho é que também hoje o país precisa ser perpassado, digamos assim, por uma poderosa corrente elétrica, para gente criar um campo magnético muito poderoso, muito forte, para unir as forças vivas da nação, e abrir um

novo círculo civilizacional com um projeto ousado, inovador. Não é o problema do cotidiano, das sucessivas eleições presidenciais, o buraco é mais embaixo, é essa fase histórica que nós estamos vivendo, da busca por um terceiro ciclo civilizacional.

A pergunta, voltando à realidade atual, é como chegamos a isso em tempo tão acelerado, não é mesmo? É estupendo, nos 32 anos de Nova República, com a Constituição democrática, partido final da ditadura, elegeram-se 7 presidentes da República, um renunciou e a outra recebeu impeachment. Foram 16 anos de políticas neoliberais e pouco mais de 13 anos de governos progressistas. A constituição acabou ficando uma colcha de retalho, e nós, como já disse, estamos no curso da terceira década perdida. E quando vem a vitória da extrema direita, em 2018, foi o canto de cisne para as perspectivas democráticas e os interesses nacionais, aquilo foi uma derrota estratégica, política estratégica para as forças progressistas. Mas tem uma outra pergunta que não cala, eu não tenho a resposta, a esquerda hoje reúne energias ideais para esse terceiro ciclo civilizacional? Ideais no sentido da ideia, do pensamento, da concepção, da formulação. Ela formou um programa maduro, uma estratégia, caminhos factíveis para esse grande salto? É isso que nós precisamos responder, acho que é por isso que nós estamos fazendo, entre outras coisas, seminários. Eu não creio que neste momento reúna, em boa medida. Eu creio que foram rebaixados debates estratégicos, a gente está vivendo em disputas eleitorais como se fossem alternâncias de governo, você pode ir para o Norte e pode ir para o Sul, o que o norte faz a despeito pelo que vai para o sul. Não tem unidade, não tem caminhos maduros para apresentar à nação, não se debatem hoje os caminhos e estratégias para dar esse paço na esquerda brasileira.

Os debates são muito dominantes no plano imediato, conjuntural, programas de governo, que na verdade são mais plataformas para a disputa eleitoral do que propriamente programas

de governo. Aquele tipo de situação, as plataformas arrolam 120 questões, de todos os departamentos, de todas as áreas, e vai colocando lá as reivindicações. Isso não vai resolver o nosso problema, isso é parte da luta de classe do povo, a luta social, mas não vai resolver o nosso problema. E, claro, reivindicações populares e civis, até identitárias, mas o fato é que, somando isso, não dá um todo. E eu acho que não há, particularmente, não há, de forma isolada, nenhum partido que possa reunir as forças necessárias para isso, isoladamente. O Brasil só mudou nesses dois ciclos civilizacionais, quando se fez a vontade geral da maioria da nação, é preciso unir grandes esforços, grandes frentes populares, nacionais, democráticas, onde estejam os partidos. Mas só com essa grande força nós vamos tirar o país da crise, e nós vamos tentar abrir um novo marco civilizacional.

Esse contexto, gente, é muito importante considerar que ele ocorre numa grande janela de oportunidade internacional. Por quê? Porque nós vivemos num contexto internacional muito interessante, embora perigoso para a paz, para a prosperidade das nações, do povo, mas ele nos oferece janelas de oportunidade. Ao que eu me refiro, é que isto não é uma análise anexa, não é um luxo, um quadro que a gente pendura na parede, a análise da realidade internacional designa diretamente ou indiretamente as condições que a gente tem para perseguir o nosso projeto estratégico, nós analisamos a realidade internacional em função do nosso projeto estratégico.

E o que são as duas marcas centrais, digamos assim, entre muitas outras, não estou dizendo que é resumo. Negativamente, no quadro internacional, a luta dos trabalhadores segue numa condição defensiva, face ao neoliberalismo, há um agravamento persistente das contradições fundamentais entre capital e trabalho, sob a orientação neoliberal. É crescente a proletarização, a massa de exploração, hoje, é inimigável. Todos esses desenvolvimentos das

forças produtivas que permitiriam emancipar o trabalho, na verdade, vão condenando o mundo do trabalho a uma imensa massa de pessoas que não terão, sequer, o direito de ser exploradas mediante um salário. É isso que está acontecendo, isso tem grande influência na luta política de classes, na luta econômica de classes, e, evidentemente, na luta por nosso projeto, é uma situação ainda de defensiva estratégica. Mas, positivamente, no quadro internacional, é que no plano geopolítico, ou seja, nas relações de esforços internacionais, hoje, avança a transição em direção a uma qualidade multipolar, que é caracterizada pela emergência de novos polos de poder, estados nacionais em busca da firmação de seus próprios projetos, seja pela via capitalista, seja pela via socialista. O mundo virou um palco multilateral, com a tendência à multipolaridade, sem um hegemon único, como era a paz americana depois da guerra fria, que os Estados Unidos se portaram como o império, o líder de tudo.

Então, isso é muito importante, essa é a contradição principal do mundo hoje. Por que é importante? Porque aumenta a margem de manobra estratégica para nós, retomarmos uma construção nacional no Brasil, autônoma de desenvolvimento soberano, porque a gente pode explorar as contradições em nosso proveito, nós vamos ter mais aliados no mundo, nós vamos ser menos pressionados pelo imperialismo norte-americano como potência única. Então você vai ter parceiro, vai ter a China, vai ter a Rússia, vai ter o BRICS¹⁰, você pode jogar um contra o outro. Então, se a gente tiver uma bússola, souber o que quer e como perseguir, nós vamos ter uma oportunidade muito grande. É uma realidade muito interessante, é uma reserva direta da nossa estratégia aqui.

10 O BRICS é formado pelos países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Reúnem cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial.

Essa tendência à multipolaridade deu mais uma grande demonstração material e simbólica também, principalmente simbólica, com os eventos no Afeganistão. O Biden, com essa política externa agressiva, ele teve que fazer um recuo muito custoso e se desmoralizou, porque arrastou e depois abandonou os aliados para a guerra, os aliados europeus, e está a maior confusão. O problema do recuo foi, eles precisavam mudar o centro da estratégia do estado norte-americano, de guerra ao terror que predominou por 20 anos, desde as torres gêmeas, rumo a uma guerra de novo tipo. Eu chamo essa guerra de novo tipo como uma guerra contínua, e multidimensional por todos os meios e armas, com armas de renovada letalidade por ar, por terra, por mar, pelo espaço, e pelo espaço cibernético, todos os meios. Uma guerra contínua e multilateral contra a China, e pela contenção militar da Rússia. Aliás, China e Rússia aliadas estratégicas entre si, toda a geopolítica mundial, hoje, tem essa marca central, e isso é expressão direta do declínio do poderio da superpotência norte-americana. Então, tem uma importância estratégica para nós.

E nisso, por outro lado, estratégico também, é que se destaca a China, que impressiona o mundo pelo desenvolvimento acelerado, seu renascimento nacional, as conquistas do socialismo com características chinesas, como eles dizem. Quer dizer, a China voltou a crescer mesmo ao fim da pandemia, até Biden teve que fazer essa manobra de romper com a ortodoxia neoliberal, financeira neoliberal. O Biden percebe que os Estados Unidos se atrasaram muito em termos econômicos, em termos tecnológicos, e vai injetar, ao longo dos próximos 10 anos, 6 trilhões de dólares, 6 trilhões de dólares, gente, é 4 PIBS do Brasil, não é pouca coisa. Por quê? Porque é uma guerra, eles ficaram para trás. Enquanto isso, a China é a demonstração de que há, sim, alternativas ao neoliberalismo, e elas estão sendo vitoriosas. Essas alternativas se fazem pelo papel de estados nacionais soberanos, por projetos de

afirmação nacional, como disse, seja pela via capitalista, que todo mundo vai à luta como Rússia, Índia, Turquia, Irã, seja pela via socialista como China, Vietnã e outros. Mas a China mostra que a orientação socialista é a mais consequente, porque ela está incorporando a nova dinâmica científica e tecnológica do desenvolvimento das forças produtivas, ela capitaneia isso, e ao mesmo tempo busca assegurar o bem-estar material e espiritual, o progresso do povo chinês. Então, acho que é um alento para a nova luta para o socialismo em todo o mundo, embora a gente persista numa situação ainda de defensiva estratégica das forças revolucionárias.

Então, insisto muito, isso é um papel muito importante que a realidade internacional nos designa para que a gente possa abrir caminho por esse novo ciclo civilizacional do Brasil. Então, como é que nós da esquerda, as forças populares, progressistas brasileiras, vão se situar diante das exigências atuais? Eu acho que nós precisamos seguir pelo lado estratégico e também pelo lado da realidade do curso político, concreto. Primeiro, nós precisamos partir das contradições para formular o nosso projeto, as contradições que nós precisamos enfrentar e que foram forjadas ao longo da nossa formação econômica e social, que é muito singular de cada país, de cada nação. Nós tivemos uma história determinada, e isso foi acumulando contradições que não foram resolvidas. Falo da condição de nação subjugada, que fica aprisionada nos limites de país de renda média, mas em declínio relativo, empobrecido, volta a se empobrecer, de um estado nacional profundamente conservador, sob controle das classes hegemônicas dos círculos financeiros internacionalizados. Refiro-me à defasagem da renda do trabalho em relação à renda do capital. Refiro-me às profundas desigualdades sociais e regionais que criam tensões no seio do povo, e me refiro que não se superam as barreiras e os limites, a emancipação das mulheres, contra o racismo estrutural, e mesmo no caso da questão ambiental, o Brasil está, era um campeão nessa matéria

ambiental, e hoje está como o patinho feio do mundo todo, pelo descaso, pelo espírito pirata da burguesia brasileira e do governo Bolsonaro.

A via de resolução desses problemas estruturais para quem formula um projeto é o problema número um, e as respostas que precisam ser dadas, elas precisam ser traduzidas na formulação e ação política e social transformadora, compreendidas pelo povo. É preciso um projeto para isso, partindo de todas as potencialidades que a gente tem. Então, como vocês dizem, formular um projeto nacional popular, um novo projeto nacional de desenvolvimento é o nosso desafio. Qual é o problema? O problema é que, primeiro, essa proposta tem que aprender com o passado, mas não é a simples retomada do passado, como quem diz, a construção nacional foi interrompida nos anos 80 e a gente precisa retomá-la, mas não vamos retomá-la daquele ponto, porque o mundo é outro, o Brasil é outro, a sociedade brasileira é outra, o espírito do brasileiro é outro. Então, a gente precisa levar em conta que se trata de formulações originais para o espírito do tempo que a gente vive. De todo modo, esse projeto tem que responder pelas condições essenciais para que a gente possa superar aquelas contradições, e nos parece que essas condições essenciais implicam, basicamente, uma rota de desenvolvimento econômico, soberano, mediante a valorização do trabalho, que seja industrializante nos termos da nova fronteira tecnológica, da indústria 4.0, com integração sul-americana.

Essa é a base para impulsionar a prosperidade social, que é o que o povo quer, o povo quer bem-estar material e espiritual, não quer ficar discutindo abobrinha ou fritando bolinho, ele quer resultado, nós precisamos isto como base para a maior igualdade de oportunidade para todos os brasileiros, harmonia social e regional, com a valorização do trabalho, distribuição de renda, fim de pobreza. Ou seja, esses são os primados do nosso projeto nacional. Além disso, um projeto que sustente a noção de sermos uma civilização

ecológica, que é a base da vida no planeta, que se integra diretamente à formulação estratégica de que país queremos.

A condição primeira para isso é a democratização vigorosa para a maior participação política e popular na condição do país. O Brasil precisa de mais democracia e não de menos, o Brasil precisa de o povo ser representado na Câmara e no Senado, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, é um dos países mais atrasados nesse sentido no Ocidente. Então, nós temos que considerar, porque ainda é baixo o nível de consciência política das nossas classes populares sobre a natureza da crise estrutural, e ela só pode crescer em meio a um ambiente democrático, não ditatorial, não autoritário. Então, este projeto econômico envolve o papel do estado, como indutor de investimento e desenvolvimento da reindustrialização, que eu já falei, do fortalecimento do mercado interno, que saiba combinar mercado e estado, capital nacional e investimentos estrangeiros, mas sob a ótica do capital, do interesse nacional. Ou seja, são inovações institucionais que a gente precisa fazer de caráter estruturante, reformas democráticas estruturantes no sistema político judicial, financeiro, num regime tributário, num regime das comunicações monopolizadas, inovações institucionais que nos permitam manejar estrategicamente os impulsos, a educação, a ciência, a tecnologia, inovação, saúde, segurança. Ou seja, políticas públicas, inovadoras e ousadas.

Eu quero dizer com mais clareza ainda, sem desenvolvimento e soberania, não há como atender aos anseios e protestos da sociedade sobre o conflito distributivo, das causas sociais e civis. Não há nem como garantir o fim, a maior igualdade social, e nem se apropriar das grandes aquisições do espírito humano, o bem-estar espiritual do povo. Então, companheiros, nós estamos diante dessa velha questão, a centralidade estratégica da questão nacional como elemento para articular os outros eixos estratégicos das nossas lutas, que são a soberania, a liberdade e a prosperidade.

Uma coisa vem antes, é a base de tudo, é o desenvolvimento, e isso precisa ser feito, repito, no espírito da época. Não é mais a retomada do passado, pelo contrário, é olhar para o futuro, às vezes até a gente vai ter que queimar etapas e não percorrer todas as etapas para tirar o crescente atraso em que o Brasil se meteu. Quem tem que liderar esse projeto é a força dos trabalhadores do povo. Por quê? Não porque a gente quer, é porque a burguesia brasileira não pode cumprir esse papel, ela perdeu esse papel. Desde os anos 80, já era frágil naquele momento, a burguesia industrial foi sobrepujada. Tinha ali alguns lados de projeto nacional, embora sempre dependente, sobretudo muito ligado aos norte-americanos, mas enfim, nem isso nós temos. Quer dizer, é um problema que as classes hegemônicas do Brasil perderam o censo nacional, alienam-se da compreensão nacional, do interesse nacional. Isso também, porque o povo tem que liderar, também porque a vida vai mostrando que só a via socialista é que, em última instância, pode assegurar verdadeira independência nacional contra a neocolonização. Se isso depender da burguesia, nós não vamos superar.

A trajetória da China tem muito a dizer aos brasileiros sobre os caminhos e meios para isso, embora longe de nós qualquer modelo, nós temos capacidade para formular o nosso próprio caminho. Aliás, o modelo nacional desenvolvimentista foi bem original, foi estudado no mundo todo. O caminho que a gente propõe hoje desse novo projeto nacional de desenvolvimento é o caminho brasileiro para o socialismo, para abrir transições sucessivas ao socialismo. E acho que há um pensamento claro, embora uma formulação, digamos assim, estratégica, por quê? Tudo começa com o estado nacional soberano, está sendo gravada, as pessoas vão achar ruim, é tudo estatista. Não, não é estatista, não existe país soberano sem um estado nacional soberano, sob o comando de forças nacionais, progressistas e populares, fortalecido e democratizado com arcabouços institucionais mais democráticos, porque

fora disso, o estado brasileiro como país dependente, semiperiférico, fica sequestrado no cerco institucional que transforma essas políticas econômicas, sociais ou falta de políticas sociais, não em política de governo, mas em política do estado. Autonomia do Banco Central, gente, como quem diz, isso é um absurdo. Então, fora desse estado nacional soberano, forte, com clarividência, nós não vamos superar essa série de leis que existem, hoje, no Brasil, contra a estratégia desenvolvimentista, porque isso se apoia, sobretudo, na força do capital financeiro. A força do capital financeiro é a força que subjuga não só a mídia, não só as instituições, não só hegemoniza a política econômica do país, mas subjuga nações inteiras. Ou seja, é uma força poderosíssima. Então, como é que nós poderíamos renunciar a força do estado nacional soberano para enfrentar essa poderosa força dominante do poder financeiro? Seria uma bobeira, ah, vamos enfrentar isso com um estilingue, só com a luta popular não, a luta popular conquistando o estado nacional para a gente se fortalecer.

Vou aqui avançando. Algumas coisas são desafiantes nessa construção do novo projeto. Tem uma coisa que é simples, mas complicada, acho que vocês vão reconhecer, não basta o programa. Eu li aqui todo o Projeto Brasil Popular, o que eu quero dizer, não basta o programa. O programa precisa demonstrar caminhos e estratégias factíveis, e que tenha resultados efetivos, pois se não, não vamos ganhar a sociedade. É um bom pensamento, é um belo pensamento, e daí? Nós vamos levar um tempo de uma geração para orientar os rumos do país, companheiros, mas é possível falar de esperanças e dar confianças ao povo de que isso é exequível, é possível fazer, segundo um novo plano nacional de desenvolvimento, que é novo, porque não repete o passado, é plano, porque é um projeto, tem uma estratégia, tem um caminho, e é de desenvolvimento, porque sem isso não dá para atender os anseios do povo. Para isso, nós precisamos reunir amplas forças, uma grande

concertação progressista, mediante uma engenharia política institucional do tamanho da crise do Brasil, nós temos capacidade para isso. Agora precisamos elevar o nível de consciência do povo e precisamos perder os nossos antolhos, eu sou PT, eu sou PCdoB, eu sou PSOL, eu sou isso, eu sou aquilo, eu sou MST. Como assim? Isoladamente ninguém vai fazer isso, é mais claro que nunca, que nenhum partido, hoje, tem condições de comandar isoladamente isso. Só a força consequente da unidade na diversidade das forças que nós representamos é que pode reunir as condições de fazer um projeto desse e se tornar realidade.

As forças do patriotismo popular, a força dos anseios de liberdade, de justiça social, capaz de empolgar o povo. Porque se a gente vai falar de novo projeto, de estado, de democracia, é difícil o povo entender o que resulta para ele. As coisas têm que ser muito concretas, partir do concreto. É claro que nós temos a responsabilidade de fazer as abstrações, que é a teoria. Então, nós vamos reunindo, recuperando os debates permanentes da esquerda brasileira, foi sempre esse debate na esquerda brasileira, gente. A minha conclusão é de que aqui vai exigir muita coragem teórica e prática, inventividade, clareza. Por quê? Porque parece uma velha questão, mas não tem como fugir da centralidade da questão nacional articulada com a questão democrática, e a questão social. Se o eixo estratégico é só a questão social, nós não vamos cumprir os desígnios, gente, por mais que a gente tenha feito com Lula presidente, não vai cumprir, tanto é que recuou tudo. São necessárias transformações estruturais para fazer isso, distribuir renda e sustentar a distribuição. E, para sustentar, precisa de desenvolvimento, e desenvolvimento, nesse mundo, ou você tem um projeto claro, você sabe onde quer ir e sabe o que fazer para ir, ou você vai ser azeitona da empada dos outros.

Nós precisamos estabelecer um mapa do caminho para acumular força em todos os terrenos das nossas lutas, acumular força

para uma hegemonia política de forças avançadas do país. Isso não se sustenta com eleições apenas, nem com meros programas de governo. Quando eu ouço programas de governo, gente, é uma coisa terrível, não que eles sejam inúteis, não é isso, é que vira uma vala comum, tudo o que precisa ser dito é dito, faz a pesquisa e coloca ali. E daí? É o contrário, programa de governo é necessário, mas precisa ter esses vetores como eixo, se ele não parte desses vetores, ele vai ser um programa fictício.

Então, vocês têm razão, vou terminar, portanto essa assertiva que eu li na pauta de vocês, entre outras coisas, que esta elaboração que nós estamos falando precisa estar combinada com a articulação com os movimentos populares e sindicais, porque sem isso elas irão resultar em formulações teóricas que, embora consistentes, têm pouca capacidade e enraizamento social. Essa frase é de vocês. Eu acho muito justo, nós temos que responder de formas novas, mas a base de tudo, a força motriz é a força do povo, do povo organizado, do povo consciente, do povo mobilizado e livremente organizado. Acho que esse é um problema muito importante.

Por onde começar nessa hora? Nós temos que começar do ciclo político, do curso político. Nós vivemos um curso político profundamente instável, com um bom grau de imprevisibilidade, o desfecho dessas crises pandêmicas, sanitária, econômica, social e, sobretudo, crises políticas institucionais, está incerto. Nós podemos dizer, hoje, que nós temos no Brasil 3 grandes blocos, o Bolsonaro, o centro democrático e nós da esquerda progressista, nenhum desses blocos consegue força para impor o seu desejo aos demais. Nós estamos numa espécie de crise de hegemonia. Conjunturalmente, a situação pode ser explosiva, pode acontecer muita coisa, mas eu acho que diminui a chance do impeachment nesse momento e, paradoxalmente, pelo enfraquecimento, acho que diminuam as chances de uma aventura golpista do Bolsonaro dar

certo, porque as contenções democráticas são muito poderosas. Acho que as forças progressistas não alcançam a conexão necessária com o povão, sinceramente eu acho isso para induzir saídas. Nós ainda estamos nas forças organizadas, o que não é ruim, e não é errado, começa por aí, mas nós não temos conexão com o povo, o povo não recuperou a confiança em nós, e o povo está resabiado, tem medo, não quer entrar em briga de político, votou no Lula e disseram para ele que ele errou, votou no Bolsonaro e ele está percebendo que errou também, aí o cara fala, ‘pô, vou cair fora’. É uma situação psicossocialmente complicada, nós precisamos, no fundo, despertar a indignação do povo, essa situação está terrível. E onde está a indignação do povo? Onde está a indignação que teve no Chile, que teve na Argentina, que teve na Bolívia, que teve no Peru, o cara ganhou a eleição lá, um cara que nem era da política. O Brasil está uma indignação surda, está guardada, e nós não estamos conseguindo despertá-la. Então, a nossa luta hoje, companheiros, é o seguinte: conjunturalmente, em perspectiva, o Bolsonaro se enfraquece, mas não está fora do jogo ainda, o centro democrático não está previamente derrotado, mesmo que esteja encalacrado com o nome e com o programa que irão falar à nação, e o Lula não é imbatível, não vamos ser ingênuos.

Nós temos que considerar que a crise é o governo, o governo é a crise, enquanto esse governo estiver aí, é crise, e nós temos que contê-lo. Para conter, as saídas são políticas, não são de outro tipo, além de despertar a indignação do povo e colocar socialmente o povo na luta, quer dizer, ampliar socialmente a nossa luta, precisa ampliar politicamente, porque nós sozinhos não vamos derrotar Bolsonaro, e o centro democrático também que colocou ele lá, também não vai conseguir. Então, nós temos que unir forças contra um inimigo maior, depois a gente vai disputar os rumos do país. Acho que isso é muito importante, a tendência hoje é levar o projeto, essa situação crítica até 2022, o mais provável que se

resolva só na eleição de 2022. E acho que estas ideias que nós acabamos de discutir, apresentar, são as ideias que têm que comparecer para formular o destino de uma candidatura popular, que seja do Lula ou que fosse de outro. Quer dizer, fazer passar aquela corrente elétrica que eu falei do século passado, também no seio da esquerda. Nós precisamos ser inventivos, programas novos, ousados, inovadores, e não achar que vai repetir o que já foi feito. Não faz sentido, até porque o que foi feito, foi derrotado em boa medida. Então, era o último ponto que eu queria dizer, que é num quadro de terra arrasada que o país está. Se conquistarmos a presidência, em 2022, nós não vamos começar o projeto nacional de desenvolvimento, se ganharmos, e se tivermos essa visão, se Lula também tiver essa visão, sem fazer uma plataforma emergencial inicial. Porque é preciso recompor condições mínimas, básicas, para até retomar a construção nacional, porque foi muito estrago, é pior do que quando Lula assumiu depois de Fernando Henrique Cardoso, está tudo derrocado, até a constituição, privatizações, está um mangue o Brasil. Então até a institucionalidade não se presta rapidamente a retomar o desenvolvimento. Não vai adiantar juntar 100, 120 propostas de cunho social e democrático, tudo que precisaria ser feito. Repito, precisa ser um todo coerente, um todo consistente. As partes somadas não formam o todo, o todo é que está em todas as partes.

A gente precisa ter a abstração de formular um projeto nacional realista nas condições de hoje, do mundo e do Brasil, e não simplesmente arrolar as reivindicações populares. Por quê? Porque é preciso mostrar exequibilidade. É claro que um programa como esse que a gente diz, não é um programa para a frente ampla, democrática contra Bolsonaro. Isso é o principal, hoje, em 2021, mas este programa que é para a travessia dos rumos do país, em 2022, eles precisam, só podem ser sustentados por uma união de forças progressistas, de esquerda, e democráticas. É isso que nós estamos

vendo hoje? O Ciro está atirando em todo o mundo, o Lula já está com sua campanha, correto, tudo bem, nada contra. Mas, gente, nós estamos divididos mais uma vez, quer dizer, nem assim a gente conseguiu se unir e formar uma corrente ampla, cada qual com sua autonomia, com sua liberdade, cada qual fazendo as suas disputas táticas legítimas, mas nós todos juntos falando uma mesma língua, para dar confiança ao povo, e que nós estamos juntos, que nós sabemos o que precisa ser feito.

A luta pela constituição de alternativas é a questão nodal do nosso tempo. É assim que eu quero terminar, na perspectiva de um mundo em transição, acho que novos horizontes de avanços táticos e estratégicos estão se abrindo para nós. O futuro clama pelo socialismo, mas do que se trata, tentei demonstrar aqui, é construir um projeto exequível, que vá ao coração e mente do povo, e que tenha desenvolvimentos teóricos e científicos para a gente pensar com a mente aberta, como fez a China, e não com a repetição de passado, seja o passado remoto do projeto nacional desenvolvimentista, seja o passado do governo Lula. Nós precisamos ressignificar para nós mesmos, atentem a essa palavra, ressignificar. O que é que nós dizemos mesmo quando falamos da questão nacional, o que é a questão nacional neste mundo interdependente, quando falamos em desenvolvimento, o que é a questão do desenvolvimento nesse mundo de grandes fronteiras tecnológicas sendo ultrapassadas, e do que nós queremos dizer com soberania. Mais ainda, é preciso ressignificar até mesmo o que a gente está dizendo como socialismo, porque fica um slogan, abstrato, o povo não compreende muito isso. Eu acho que nós estamos um pouco exigidos para dar uma barulhada na mente, abrir a mente e pensar de forma nova sobre os velhos problemas. Acho que energias a gente tem para isso, e vocês são uma força importante que é parte dessa energia.

Grande abraço, gente, desculpa tomar o tempo de vocês.



Olivia Carolino

Boa tarde às companheiras, aos companheiros, é uma satisfação muito grande estar aqui no Seminário Nacional de Assuntos Estratégicos do MPA. Eu queria felicitar o movimento pela iniciativa, agradecer o convite em nome da Consulta Popular, e dizer da alegria de compartilhar a mesa com o companheiro Walter Sorrentino, com quem a gente sempre aprende muito, e é uma inspiração de militante para nós. Não é fácil falar depois do Valter, que já trouxe as nossas principais questões políticas. Então eu vou me permitir fazer aqui um trajeto para a gente fundamentar um pouco esse encontro que o Valter já nos mostrou que há entre o projeto nacional de desenvolvimento e o Projeto Popular para o Brasil. Porque a gente está falando de socialismo, quando a gente está falando no debate nacional.

Primeiro, que o Valter já deixou muito claro porque é importante refletir sobre projeto de país nesse momento. A gente caracteriza esse momento em que estamos vivendo, como um momento de crise e de ofensiva do imperialismo que coloca a centralidade na questão nacional. O acirramento da crise do capitalismo contemporâneo faz com que essas tarefas de conteúdo nacional, democrático, a soberania, que no nosso caso são tarefas necessariamente populares, tenham centralidade na luta de classes. E a questão é essa que o Valter trouxe, as contradições da crise em si mesmas: elas não criam alternativas, elas evidenciam as contradições do projeto dos nossos inimigos. O nosso caso, aqui no Brasil, é o caráter antinacional, antidemocrático, antipopular do governo Bolsonaro. É um verdadeiro desmonte do Brasil que está acontecendo, e é por isso que é preciso que as forças populares, os revolucionários, afirmem junto ao povo

que há saída, há alternativa. É preciso dizer que essa saída, ao contrário do que o capitalismo prega, não é uma saída individual; é uma saída necessariamente coletiva, e será um novo ciclo de lutas de massas que irá colocar a perspectiva de projeto de nação e perspectiva de reconstrução nacional.

Quando a gente fala em lutas de massas, que é um elemento fundamental do projeto popular, a gente se depara com uma questão de fundo do projeto popular, que é a indagação do porquê, desde a nossa formação social e econômica, a gente tem um processo vazio no Brasil, de um projeto nacional comprometido com o desenvolvimento do nosso povo. Então vejam, a gente tem a tarefa de reconstruir a nação, e se a gente se perguntar: o que é uma nação? Vejam, essa pergunta apareceu em 1882, na conferência de um sujeito chamado Ernest Renan, lá na Sorbonne, na França. Esse é um dos textos clássicos sobre a questão nacional, e ao contrário do que a gente pode supor, ele recusou, de cara, os critérios de raça, de língua, de geografia, como critérios legítimos para afirmar o que é uma nação. Ele vai dizer que a nação é uma grande solidariedade construída por sentimentos dos sacrifícios que esse povo fez, e que ainda topa fazer junto. Então, ele tem uma frase, ele fala: ‘olha, uma nação é um plebiscito de todos os dias’. A gente que gosta de plebiscito no nosso campo político, ele traz essa ideia de nação.

Tem um outro autor, que também é um texto bastante clássico sobre a questão nacional, que é o Benedict Anderson. Ele traz a ideia de que a nação é uma comunidade política e imaginada como intrínseca e limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Então, vejam, essa ideia de se imaginar uma comunidade – e quando a gente se remete a essas formulações da teoria política clássica sobre a nação, a gente se depara com essa ideia de um desejo de viver em conjunto –, essa aproximação que pode ser nossa primeira aproximação na ideia de projeto nacional. Agora, essa noção de projeto

nacional e de nação no capitalismo carrega uma contradição fundamental, que é essa comunidade imaginada, repousar sobre uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Essa percepção da vida humana organizada em bases nacionais, que nos remete a um fundamento de dominação ideológica, burguesa, acontece alguma coisa que, no nosso caso, ao invés de servir apenas ao serviço de dominação ideológica da burguesia, ela é portadora também de um conteúdo revolucionário. Para entender isso, na constituição da nação burguesa lá no século XIX, olhando para a história da Europa Ocidental, a ideia da nação esteve relacionada às aspirações de universalizar direitos políticos a populações inteiras que estavam sendo alçadas, naquele momento, à vida de povos. Então, elas se constituíam um povo nesse movimento em que a burguesia, enquanto uma classe revolucionária, alçou aspirações maiores que a sua própria classe, colocou a sociedade todinha em movimento, identificando a nobreza feudal como inimiga.

Essas aspirações que se colocavam naquele momento eram as aspirações da apropriação do território pelo povo, sintetizada na consigna da liberdade, a liberdade do indivíduo num solo ético comum, e a aspiração da universalização dos direitos civis que ficou ali na consigna da igualdade, que criava a ideia de que todos são cidadãos, uma igualdade jurídica que ocultava a desigualdade, de fato, no processo produtivo em que alguns, os proprietários dos meios de produção, os burgueses, e a classe trabalhadora, o proletariado que só tem, só e somente só a sua força de trabalho para vender. Vejam que essas aspirações sintetizadas nas consignas da revolução francesa, elas são o pano de fundo da modernidade, elas têm uma dimensão ao mesmo tempo racional e emancipatória de organização social. Mas quando a burguesia se converte de classe revolucionária em classe conservadora, porque tomou poder e precisa conservar esse poder conquistado, ela abandona essa dimensão emancipadora, e abandona a terceira consigna, que ficou

faltando, que é a fraternidade, aquela promessa de que o capitalismo precisa prometer, mas aquela que ela não consegue cumprir.

Agora, se a nação, historicamente no capitalismo, olhando para a história, a formação social econômica da Europa Ocidental, ela serve como essa ideologia burguesa e tem papéis no exercício da dominação burguesa nos países centrais. De que modo, para nós, ela assume esse conteúdo revolucionário? E isso nos remete aos antecedentes do Projeto Popular, está relacionada a nossa análise de longa duração histórica. Então, quando a gente fala essa pergunta: por que o nosso projeto é nacional? O nosso projeto é nacional, porque quando a gente olha para a história do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, aqui a gente tem peculiaridades com relação a nossa formação social e econômica, e que eu vou destacar duas dimensões: uma é mais econômica, aqui não é qualquer capitalismo que se desenvolve, aqui é o capitalismo dependente, subdesenvolvido, periférico. E o estado que se desenvolve aqui, em perspectiva mais política, é um estado deformado para os próprios padrões do estado capitalista, que o Florestan vai chamar de um estado que gerou uma democracia asfixiada, ou essa ideia um pouco de democracia restrita quando foi equacionar a questão estado, povo e nação.

Dessa especificidade é que deriva um sentido nacional próprio, que irá colocar para o pensamento crítico marxista o tema da libertação nacional, que é fundamental para nossos povos, os povos latino-americanos, o povo brasileiro, e que não foi um tema colocado no marxismo original, por exemplo. A nossa ideia é que ao montar o estado, ao desenvolver o capitalismo que desenvolve aqui, que é o dependente, a gente tem um processo em que ocorre um esvaziamento na luta emancipatória, nos movimentos de independência, do sentido nacional, e aquelas tarefas que não foram realizadas no nosso processo de independência reaparecem transmitidas a épocas posteriores. Ou seja, aquelas aspirações de liberdade

da conquista da terra, do território, a reforma agrária, ou da igualdade, a universalização dos direitos civis, a luta por direitos, elas ficaram pendentes de serem realizadas e por isso que elas repercutem no povo e aparecem movimentos de luta pela reforma agrária, com a possibilidade do acesso às condições de produção; a luta por universalização dos direitos, a luta pela água, a luta por direitos sociais, são lutas populares portadoras de um conteúdo nacional, porque a burguesia não realizou, industrializou sem realizar, e cabe ao povo a construção dessa nação.

Quando a gente olha para esse movimento na América Latina, a gente vê uma síntese original que se universalizou com o marxismo a partir das experiências de luta no continente, que é a síntese, e que entra a questão nacional e o internacionalismo, ou se a gente quiser, a luta anti-imperialista. Porque essas tarefas só podem ser realizadas pensando no tema da libertação nacional. Isso teve presente desde a revolução do Haiti, que estamos celebrando agora 230 anos, passando por Bolívar, José Martí com a ideia de Nuestra América, Mariátegui, Julio Antonio Mella, nos anos 30, e ganhou um contorno mais concreto com a revolução cubana nos anos 60, que foi uma revolução socialista de libertação nacional. É a nossa grande inspiração de luta anti-imperialista e que realizou definitivamente essa síntese de questão nacional atrelada ao internacionalismo, ao anti-imperialismo.

Agora, a segunda pergunta, a primeira foi porque é nacional. Por que é popular? Porque o nosso projeto é popular, essa categoria povo. E é essa categoria povo que vai nos remeter a uma segunda síntese original dos nossos processos de luta, que é a síntese entre povo e classe. Vejam, quando a gente lança luz sobre o nosso processo de conquista e colonização, a gente compreende que nesse processo teve uma protagonista que foi a violência, e essa violência é a violência de uma natureza distinta da violência da sociedade de classes de modo geral, como é aquela que a gente

estuda em Marx, no capítulo XXIV, da assim chamada acumulação primitiva, que separou os meios de produção dos trabalhadores, e criou o proletariado. Ali, Marx já coloca a violência como protagonista desse processo de formação do mercado de compra e venda de força de trabalho. Mas a que opera uma violência, vou dizer assim de uma natureza diferente, porque no conflito entre o colonizador e o colonizado teve um modo de ser de uma humanidade particular, que negou a humanidade que existia aqui. E desse conflito a gente tem a contradição que será um motor da história, que irá imprimir essa violência, que vai fazer com que os povos da nossa América, os povos do Brasil, tenham a violência como a marca, como a contradição, ou seja, é um desprezo à vida, é uma forma bruta de trato com a natureza e com o nosso povo. O nosso povo está apto ao extermínio, apto à superexploração. É o que a gente vê desde a morte pela fome ou a morte pelo vírus, um povo apto ao genocídio desde os povos originários, e isso se perpetua até hoje.

Trata-se de uma negação das sociedades nativas, uma negação da humanidade que existia aqui. Vejam, a gente não estava apto nem a ser transformado em força de trabalho, como foram os povos daquele nacionalismo, da questão quando a gente olha para os países centrais, da Europa Ocidental. Aqui, para nós, foi negado o direito de existir enquanto povo. Então, a gente não separa a nossa luta pelo direito de existir enquanto povo, da luta de classes. É quando o povo entra na história mobilizado por temas de conteúdo democrático e nacional, essa participação é, necessariamente, explosiva. Essa participação é necessariamente na construção de uma força social que vai levar a uma transição que supera até mesmo esses marcos do capitalismo, até mesmo esse lugar que o capitalismo reservou para os nossos povos, de serem povos subjugados, humilhados, superexplorados.

Fidel Castro tem uma frase em “A História me Absolverá”, em que diz: ‘povo, se de luta se trata (...)’, e aí ele vai descrevendo o povo cubano. ‘Povo, se de luta se trata’, esse povo organizado como classe entrando e assumindo as rédeas da construção nacional. Então é por isso esse quase sobrenome no nosso campo, que é o popular, quando a gente fala Frente Brasil Popular, Consulta Popular, Levante Popular, o popular vem dessa síntese entre povo e classe, a necessidade de a gente se constituir-se enquanto povo, afirmar nossa humanidade. Não está descolado da luta de classe, e de uma transição que supere esse lugar que o capitalismo relegou para a gente.

Além de nacional e popular, o nosso projeto é feminista e antirracista. Por que essas características? Porque quando a gente debate o projeto de país, a gente está se perguntando quem é o povo brasileiro. Então, é esse povo que carrega em si toda a história da sua formação social e econômica. O racismo e o patriarcado estão na essência da produção e da reprodução das relações desiguais na sociedade brasileira. O imbricamento dessa dimensão do patriarcado e do racismo constitui o nosso povo e coloca essas dimensões também como estratégicas para a gente pensar um projeto de país.

O Projeto Popular, se a gente fosse se aproximar de algumas afirmações sobre o que é o Projeto Popular, significa, primeiramente, a entrada do povo na história da construção nacional. Nesse sentido, ele é portador dessas aspirações populares de longa duração histórica, e expressa a necessidade do povo de desenvolver o seu real potencial. Significa o povo entrar na história da construção nacional; significa que expressa a possibilidade de um desenvolvimento nacional soberano, que supere essa condição de nação inacabada, que é a única condição que o capitalismo tem para a gente. O projeto popular, ele se caracteriza pela afirmação de que a política, o exercício de poder, não pode ser um privilégio, ele tem que ser um exercício de poder do povo, ou seja, é o povo

que é o protagonista desse processo de transformação, e por isso tem essa dimensão do projeto popular, que é a construção de força social.

Uma segunda aproximação para compreendermos o que é o Projeto Popular para o Brasil. Ele é uma articulação de um tripé. Quando a gente fala em construção de força social, a gente sempre traz o nosso tripé: organização, formação e luta, como se fosse uma engrenagem em que a gente faz o trabalho popular para colocar o povo em movimento no sentido da sua emancipação. Temos o tripé no sentido de articular a força social com a ideia de programa e com a necessidade da tomada revolucionária do poder. Então, estou fazendo uma simplificação aqui, não muito rigorosa, mas seria esse tripé: força social, programa e poder.

A ideia do programa, que o Walter já dizia e desenvolveu bastante, temos muito acordo nisso, ele diz respeito, em alguma medida, em dotar os movimentos populares de um projeto de país. Ou seja, é um programa que vai fazer a mediação das necessidades concretas da vida do povo, com as reformas estruturais. Esse exercício de elaborar programas, tanto melhor é quanto mais inserido na vida do povo a gente está. Por isso que os movimentos populares têm tanta elaboração sobre o programa. O MPA tem o Plano Camponês, a partir da experiência de luta, a experiência de organização popular do MPA. Agora, esse programa, ele não pode ser realizado isoladamente, ele não pode ser realizado no capitalismo. Então, o esforço em aglutinar com camponeses e camponesas em torno desse programa é a gente criar a força social para uma transformação maior. E esses programas têm essa preocupação que o Walter trouxe na palavra, eles têm que ser exequíveis, têm que ter uma estratégia para que sejam operacionalizados, que seja possível de realizá-los. Então, a gente também tem um diálogo, que é entre o Plano Camponês, a Reforma Agrária Popular do MST, todas as propostas programáticas. Tomando aqui o exemplo da Via Cam-

pesina, para ficar mais próximo da nossa realidade, são propostas programáticas que temos que colocar em conversa e olhar a viabilidade delas. Será que o plano pela soberania do MAM¹¹ tem compatibilidade, viabilidade com o que a gente pensa na produção de alimentos? A ideia da energia popular do MAB tem compatibilidade com o jeito que a gente está pensando a forma de produzir alimento saudável?

O programa tem essa dimensão de tornar essas nossas propostas, que vêm do processo de luta, viáveis, e subordiná-las a uma ideia de projeto de país, de plano nacional, ou seja, articular todas essas propostas em torno de uma estratégia de poder da classe trabalhadora.

O programa político, ele tem uma dimensão formadora, que diz respeito a conseguir dialogar com o nível de consciência da nossa base da classe trabalhadora, que a gente mobiliza em torno de propostas concretas e que resolve o problema da vida do povo. E como o Walter diz, é muito difícil alguém mobilizar-se para lutar pelo socialismo, pela democracia, agora, para lutar por terra, por crédito, por assistência técnica na produção, por possibilidade de escoamento da produção, aí a gente consegue mobilizar e organizar o povo.

Outro aspecto é a dimensão organizadora e da unidade. Vejam, essa unidade eu acho que remete a algo fundamental que o Valter trouxe, que é a unidade da esquerda, que é a esquerda conseguir colocar esse projeto como alternativa, dar voz, colocar-se como referência perante o povo. Essa referência, quando a gente fala em programa de país, a gente só acredita que a gente tem legitimidade enquanto esquerda, se a gente está construindo esse processo de trabalho popular que vai, por meio da construção de força, fazer com que esse ascenso da luta de massa seja possível.

11 Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM.

Ou seja, a gente não acredita que tem um ciclo de ascenso da luta de massas e então o programa – mais bem elaborado por intelectuais, ou pelos mais revolucionários – terá aderência e irá conduzir esse movimento. Não, esse programa é construído no processo de forjar esse ciclo de ascenso de luta de massas, e então ele ganha a direção e a possibilidade de se legitimar perante esse movimento de massa nesse processo.

Portanto essa dimensão da construção de força própria em torno das propostas do programa é tão importante. Não adianta, como o Valter mostrou ali, o caderninho do projeto Brasil, não adianta aquelas propostas sem ter essa força social, sem ter essa camada de gordura na sociedade que banque esse processo, que formule esse processo, que sustente esse processo na luta política. E agora, força social e programa, essa elaboração programática, ainda estariam incompletos se a gente não tiver essa dimensão estratégica do horizonte da tomada de poder político da classe trabalhadora. Então, a estratégia entendida como esse caminho, e traria aqui inclusive essa noção de vanguarda compartilhada: nenhuma organização da esquerda sozinha tem a possibilidade de colocar essa dimensão do poder, se a gente não fizer isso, necessariamente, com uma grande unidade entre nós, com essa atitude frentista, com essa atitude compartilhada.

O Projeto Popular é essa mediação entre problemas concretos da vida do povo e as reformas estruturais, esse horizonte de poder, é importante entendermos que essa radicalidade do Projeto Popular é a raiz das nossas questões nacionais. Isso que é a radicalidade dele, é uma questão de que a luta revolucionária no Brasil está relacionada a aspirações que não foram realizadas no nosso momento da independência. A nossa burguesia não vai realizá-las, e ela está pendente de realização, ela repousa no colo do povo a realização dessas tarefas de conteúdo democrático nacional, e por isso que elas são, necessariamente, populares, porque a gente vin-

cula esse processo a um processo que, nas palavras de um grande companheiro nosso, que é uma grande referência para esse debate, o Fernando Martínez Heredia, cubano, falecido já em 2017, o Fernando Heredia vai chamar de processo de transição socialista.

Vincular o socialismo a resolver os problemas da vida do povo, e ser vinculado à obrigatoriedade de uma nova cultura, diferente e oposta do capitalismo, é uma dimensão fundamental do programa que tem muita interlocução e que o Valter estava nos convocando com relação à necessidade de sermos criativos. O socialismo que se desenvolve aqui, a luta pelo socialismo que se desenvolve nos nossos povos, é uma luta que nos chama a essa criatividade, como foi a criatividade da revolução cubana em triunfar uma revolução socialista de libertação nacional, atrelar o tema do socialismo à questão nacional na prática. Essa postura criativa que vai forjando esse marxismo, que é um marxismo que serve para fazer revolução, ele vai nos levando a uma terceira característica, que é entender o Projeto Popular como uma práxis militante. Ou seja, ele tem uma dimensão que eu vou chamar aqui de metodológica, ele está vinculado a cada militante em se entender como um educador, como uma educadora popular. Estamos celebrando esse ano o centenário do educador Paulo Freire, e a gente tem o Paulo Freire como um dos nossos pilares da concepção de trabalho popular, uma concepção de educação popular que entende o povo como protagonista dos processos.

No momento em que o debate de país esteve vivo, estou remetendo aos anos 80, aquele processo de redemocratização, fim dos 70, começo dos 80, produziu esse encontro de forças vivas na sociedade, que juntou ali Paulo Freire pelos educadores populares, as Comunidades Eclesiais de Base, a teoria marxista, a teoria Leninista, que vinham principalmente os companheiros dos partidos comunistas, a resistência armada contra a ditadura, e mais uma perna, que é a teologia da libertação. Dessa mescla entre Freire,

Jesus e Lênin, a gente forjou um método de trabalho com o povo que, em grande medida, é a nossa inspiração para a práxis dos militantes, é a gente ter essas referências de trabalhar com o povo, e que vinculam essas sínteses de a necessidade do povo entrar como protagonista da construção nacional.

Os momentos em que o projeto de país esteve colocado, foram momentos em que o povo entrou na história e disputou projetos na luta de classe. Isso aconteceu nos anos 20, no Brasil, 20 e 30, depois nos anos 60, nos anos 80, então, a ideia de projeto de país está vinculada a esse protagonismo popular.

Eu queria terminar essa reflexão inicial trazendo esse elemento que não é uma novidade, é um pouco a ideia de a gente pensar que projeto nacional é uma prática que está presente nos nossos movimentos. A própria Consulta Popular nasceu ali nos anos 90 com essa pergunta: que país a gente quer? Essa pergunta é recolocada para os dias de hoje, ela necessariamente tem que levar em conta esse momento tão dramático que o povo brasileiro vive. Acho que tem muita similaridade em a gente olhar nessa perspectiva de que o nosso povo continua lutando pelo direito de existir, continua lutando pelo direito de ficar vivo. E nessa trajetória, vínhamos buscando fazer algumas sínteses, a síntese da unidade do campo e da cidade, essa síntese com a pandemia se acelerou, no trabalho de solidariedade; a política de solidariedade extrapola uma campanha para a gente transcender a uma política propriamente dita de trabalho de base, que está nos propiciando esse encontro da comida produzida pelos movimentos populares do campo, com a panela vazia das periferias dos grandes centros urbanos. Esse encontro é algo que a gente vinha perseguindo nas últimas décadas, e a gente está sendo, de fato agora empurrado pela pandemia, por essa crise, a torná-lo realidade.

Vejam que desde as nossas formulações de derrota estratégica, entendida como a derrota de uma determinada estratégia, ela

colocava uma dimensão da necessidade de superação de limites dessa estratégia. E duas questões essenciais que a gente já vinha apontando, pelo menos nos últimos anos, era a superação em duas dimensões: recolocar esse horizonte revolucionário do projeto nacional e a inserção para retomada do vínculo com o povo, que é a força social desse projeto de nação.

Para essas duas dimensões, os desafios da crise com pandemia, empurram-nos, colocam-nos a urgência de fazer com que isso se torne realidade. A gente vem exercitando no campo político, talvez as experiências mais recentes tenham sido a assembleia popular a seu tempo, ali, em 2010, e agora o projeto Brasil Popular, num exercício de fazer um recolhimento, uma colheita das propostas dos movimentos populares, e possibilitando um diálogo com o pensamento crítico que está na sociedade, seja nas universidades, no programa dos partidos, a contribuição que vem do movimento sindical, para que a gente tenha esse entendimento de que o programa não pode ser um arrolado de reivindicações, ele não pode se restringir-se a um programa de governo, ele tem que apontar para essa perspectiva de projeto de país. E essa perspectiva de projeto de país nós estamos provocados com esse fato importante que vamos enfrentar no ano que vem, que é o bicentenário da independência, que a gente consiga de fato imprimir esse caráter, necessariamente revolucionário e transformador nas nossas lutas, para a gente celebrar junto ao nosso povo o bicentenário da independência dessa libertação que está por vir.

Temos tanto o bicentenário da independência, essa necessidade de fazermos essa discussão profunda sobre o nosso país, com um processo eleitoral com a tarefa de derrotar as forças fascizantes da nossa sociedade, de derrotar o neoliberalismo, de derrotar o Bolsonaro. Nesse sentido que não é uma escolha nossa, mas esse processo de eleição já começou, e o que é mais importante: a gente construir um grande movimento político em

torno dessa derrota que a gente tem que impor ao Bolsonaro nas ruas, nas urnas, com esse movimento que a gente está fazendo, que é a vacina no braço e comida no prato.

Essas duas mensagens claras para nossa militância nos convocam a olhar essas aspirações e essas tarefas na longa duração histórica para estarmos à altura de recolocar o debate de projeto de país num grande movimento político, para que o ano que vem a gente dê conta desses desafios, tanto a luta institucional, que a gente vai combinar com as outras formas de luta e com esse horizonte que carrega essa mística do bicentenário para emplacarmos, definitivamente, a necessidade de fazer a nossa verdadeira libertação nacional. Termina com esse chamado, num câmbio desligo com o braço estendido para o debate.



Projeto Nacional e Integração Latino-americana

Debate na via histórica e na relação dialética entre o nacional e o projeto Latino-americano, como via de superação da condição de dependência e subdesenvolvimento.

Alfredo Burbano

Estou muito feliz por estar aqui com vocês compartilhando algumas reflexões. Um abraço forte daqui da Colômbia, do Congresso dos Povos (Congreso de los Pueblos – CdP) e de todas as organizações que o constituem. Muita energia com essa mística inicial, e bom, vamos compartilhar algumas ideias gerais sobre um tema complexo, que é uma discussão histórica no campo da esquerda e também para os povos neste momento. Espero que essas ideias sejam como uma provocação para o debate, que tenham utilidade e que sirvam para os vossos processos de formação, e para esta formação que foi proposta pelo MPA. Vamos compartilhar uma apresentação, então, e seguiremos a partir dela.

Relevância e base do debate

- 1) Superar o capitalismo e construir uma nova sociedade (Socialismo).
- 2) A necessidade de construir uma estratégia global.
- 3) Articulação Nacional - Nosso Americano - Global.
- 4) Colocar nossos pés no chão - território (Poder popular).

Essa discussão que foi levantada pela Escola de Formação do MPA é um debate histórico no campo das organizações e dos povos que buscam mudar de realidade. É uma discussão que se ancora nas origens dos movimentos de esquerda, principalmente libertários, anarquistas e marxistas, já que estamos falando em finais do século XIX, do que aconteceu no século XX e do que tem acontecido no XXI. Estamos diante de um debate de ordem histórica e

que se ancora em algumas premissas que conferem relevância para essa discussão, tamanha é sua importância. Então, se estamos considerando transformar a realidade, nestes últimos tempos, implica falar da superação do capitalismo e de como propor um horizonte de uma nova sociedade. A este horizonte de nova sociedade temos chamado de socialismo. Outros processos simplesmente conceituam de “nova sociedade”. Mas, para nós, a superação do capitalismo implica criarmos um horizonte radicalmente distinto, o qual denominamos de sociedade socialista.

Pensarmos em como chegar a esse socialismo é uma primeira premissa desse debate de como se articula um projeto nacional à integração latino-americana e, então, o futuro da humanidade e dos povos do mundo. Esta chegada ao socialismo como horizonte nos exige, hoje, com mais urgência, a necessidade de se construir uma estratégia global. É dizer que os povos do mundo têm que se imaginar enquanto vanguarda da humanidade, pois o capitalismo está nos levando ao desastre. Ao capitalismo não interessa os seres humanos nem seus povos, somente seu processo de acumulação e lucro. Então, diz respeito aos povos pensar uma forma de transformação. A transformação não virá através de oligarquias e burguesias globais, mas sim a partir de uma construção dos próprios povos.

Um terceiro elemento de base para este debate, de ancoragem, é sobre como se articula, em meio a essa estratégia de projeto nacional, o projeto latino-americano ou *nuestroamericano* (“nosso americano”) – como preferimos chamar aqui – e as lutas globais, as lutas em todo o mundo. Então, parte da discussão que temos que fazer é como essa articulação que corresponde, e a que tempo, a cada uma das dimensões – nacional, *nuestroamericano* e global –, mas com essa premissa de que as 3 dimensões precisam estar articuladas.

Uma quarta premissa de relevância ao debate é que fazemos a discussão e a construção unindo nossos pés e tendo nosso coração em nossa territorialidade, em nosso território. E isso dá sentido a uma noção muito importante que hoje articula a estratégia dos povos, e de alguns projetos políticos, que é a noção, ou concepção, de poder popular. O poder popular, então, une nossos pés no território para, a partir daí, com esta força, da terra e de nossas raízes, dar sentido às construções, tanto próprias quanto às lutas coletivas que enfrentamos.

Então, com essas quatro premissas podemos começar a abordar essa discussão. São premissas, mas são condicionantes do debate, da construção que aqui fazemos.

Referências teóricas e políticas

Nossa formação social americana: a genética da resistência e das identidades.

Simón Bolívar: “Nossa pátria é a América” (1814).

Unidos para se defender contra a agressão dos EUA.

Traçar o próprio caminho de progresso.

Reconhecer que os povos americanos são iguais.

José Martí. Nossa América. 1891.

Anti-imperialismo – União dos povos.

Esse conectar dos nossos pés e ter nosso coração em nosso território temos, então, referências teóricas e políticas que nos permitem orientar essa discussão, especialmente, aos povos latino-americanos ou *nuestroamericanos*. Cada uma dessas categorias certamente precisa ser aprofundada e recuperada por cada um dos povos que estão nessa luta. Uma primeira destas é entender como foi o processo de nossa formação social americana, perguntar como chegamos a ser o que hoje somos. E isso implica, principalmente, entender a constituição e a articulação das dinâmicas culturais, econômicas e políticas

através da história. Como vocês bem sabem, é nesta terra em que alguns povos a viajar por ela a chamavam de “a grande terra”, “o grande território”, pois floresciam e se construía distintas dinâmicas civilizatórias que foram, em grande parte, destruídas pela invasão europeia. Mas essa não foi simplesmente uma destruição passiva, pois houve muita resistência. Então, precisamos recuperar essa resistência e compreendê-la como uma “genética da resistência”. Temos na genética dos povos esses genes de luta, de identidade, de proposta de cosmovisões. Alguns (genes de resistência) estão perdidos, precisamos recuperá-los, já outros, ainda seguem vivos. Mas esse nosso trabalho é fundamental para podermos abordar, hoje, uma estratégia de projeto nacional e de integração latino-americana e global.

Um segundo elemento que trago para este debate é a visão de Simón Bolívar, de 1814, que entendendo o futuro enfrentamento que teria com o já nascente império norte-americano dos Estados Unidos (EUA), diz: “*Nossa pátria é a América*”. E começa a disputar esse conceito *nuestroamericano*, que foi apropriado pelos EUA, estes que se autoproclamam os únicos americanos. Então, Bolívar dizia ter que começar a construir uma visão de forma mais ampla, mais avançada, do que as dos países que estavam em pleno processo de guerra de independência. E compreende que não somente a liberdade da América, mas também o futuro da América têm que ser pensados de forma continental. Então, lança esta frase, “*Nossa pátria é a América*”, e põe três elementos-chave para justificar esta necessidade de articulação, de visão mais clara de articulação latino-americana: Primeiro, teríamos que estar unidos para nos defender contra a agressão, que já se vislumbrava, dos EUA, ou seja, unidos para nos defender; Segundo, para traçar um caminho próprio de progresso – provavelmente, aqui, Bolívar ainda tem uma visão competitiva e linear do desenvolvimento, ligada a essa visão de progresso, mas, no entanto, diz que: “*Precisamos de um caminho próprio para que o progresso aconteça efetiva-*

mente, e de unidade para avançar neste caminho.”

E, por último, um terceiro elemento-chave desse pensamento bolivariano, que é reconhecer as identidades dos povos *nuestroamericanos*, ou latino-americanos, quando dizem que: “*Nós, povos, somos iguais, no sentido de que não há um povo acima de outro*”.

Nossos povos *nuestramericanos* são iguais e, portanto, devemos construir um projeto comum. Então, de Bolívar resgatamos esses três elementos que são fundamentais para o debate, hoje, logicamente reconhecendo tanto as limitações quanto o pensamento visionário de Bolívar traçados, em 1814, frente a este tema que estamos discutindo.

Um pouco mais adiante, José Martí fala de “Nossa América”, e o faz já no final do século XIX, em 1891, principalmente durante sua estadia nos EUA, onde ele mesmo disse mais adiante ter compreendido, estando nas entranhas do monstro, o que se azevinha aos povos latino-americanos. Recorre também à parte da abordagem anterior de Bolívar, que diz: “*Não, a América é nossa, a América é dos povos*”, e fixa noções muito mais claras de anti-imperialismo. Digamos que Bolívar alcança apenas perceber a ameaça futura, mas José Martí entende que já tem consolidado não somente um império, mas também que se desenvolvem dinâmicas imperialistas de saque e de dominação contra os povos do mundo, especialmente do resto da América. Assim, aborda e delinea o anti-imperialismo de forma muito mais clara. Esta noção de anti-imperialismo é uma noção-chave que já se desenvolvia no século XIX entre os lutadores populares, e que vai permanecer e que nos vai servir, hoje, também, para definirmos uma estratégia própria. E, certamente, José Martí destaca a união dos povos, uma unidade que, para ele, é imperativa, de forma que, sem esta, não se poderá desenvolver o anti-imperialismo nem resistir frente a essa grande agressão que há muito já pode sentir o resto dos povos do continente.

Referências teóricas e políticas

A Revolução Cubana e os Movimentos de Libertação Nacional - 1959. Fidel e Che.

Articulação das tarefas democráticas e de autodeterminação dos povos com a construção do socialismo.

Construindo o socialismo no terceiro mundo: os povos oprimidos e explorados da América, Ásia e África.

Um movimento mundial anti-imperialista.

Os dependentes: Theotônio dos Santos, 1978

Derrotando as burguesias periféricas e iniciando a transição para o socialismo, em uma perspectiva continental.

Um feito significativo à visão tanto anti-imperialista quanto da chave continental foi, sem dúvidas, a Revolução Cubana. E a erupção de uma série de movimentos de libertação nacional, não apenas na América Latina, mas também na Ásia e, principalmente, na África. Então, aqui vamos encontrar uma espécie de consolidação dessa visão continental. Che Guevara também, muitas vezes, falou sobre nossa pátria ser a América, mas este vai muito além, no sentido de entender que existem povos oprimidos e explorados não somente na América Latina, como igualmente estão sob essas condições os continentes asiático e africano. Então, a Revolução Cubana se torna uma luz, um farol, para toda esta construção de autodeterminação dos povos e de irradiação dos projetos de transformação na América Latina, assim como em todo o mundo.

O ideal da Revolução Cubana sai com maior precisão, um debate que até hoje está vigente, e talvez ainda por realizar com mais clareza a articulação das tarefas democráticas, que são as tarefas últimas de construção de nação, democráticas e de autodeterminação dos povos, com a construção de um horizonte socialista ou a construção do socialismo. A Revolução Cubana compreende que essas duas tarefas não são antagônicas, não se

contradizem. Ao contrário, diz que os povos do mundo têm que abordar, simultaneamente, os dois tipos de tarefas. E por que têm que abordá-las simultaneamente? Porque as classes dominantes, as burguesias latino-americanas, neste caso, não foram capazes de construir uma nação, tampouco foram capazes de alcançar ou consolidar a independência e a autodeterminação, então, estas tarefas correspondem aos povos do mundo. Porém essa tarefa não pode ficar limitada a isto, não é somente conquistar a independência e a autodeterminação, como também deve-se construir, simultaneamente, o socialismo. Então, aqui encontramos algumas das peças-chave do debate atual, porque existem muitos processos sociais e políticos que trazem como primeira tarefa conquistar certa independência frente ao imperialismo ou aos imperialismos, mas não apresentam o caminho de construção do socialismo, ou seja, centram e limitam a luta para alcançar um tipo de desenvolvimento próprio. Desenvolvimento que também é um conceito bastante controverso, mas que vamos utilizar aqui na exposição.

Aqui, vamos encontrar uma espécie de direção, um divisor de águas, na perspectiva dos movimentos e organizações políticas. Algumas, então, apresentam-se com algumas das tarefas de autodeterminação, de construir nação, de conquistar independência e caminho próprio de desenvolvimento do capitalismo. Já para outras, essas tarefas consideram a necessidade de articular diretamente com a construção de um horizonte distinto, que é a construção do socialismo. As raízes podem ser iguais, necessitamos de independência e de autodeterminação, mas limitados a essas tarefas ficamos aprisionados à formação de um capitalismo próprio, um capitalismo nacional, enquanto nós estamos mobilizando esta autodeterminação de maneira interligada rumo à construção do socialismo. Esta discussão fica mais nítida na Revolução Cubana, abordada pelos movimentos de libertação nacional.

Como eu dizia antes, outro elemento que vem à tona na Revolução Cubana é que a construção do socialismo pode se desenvolver em países específicos, mas que é insuficiente e, portanto, há a necessidade de desenvolvimento de perspectiva continental e global. E, para a Revolução Cubana, essa revolução global, esse trânsito ao socialismo, deve estar apoiado no que denominava Terceiro Mundo, que se forma por povos oprimidos e explorados da América, Ásia e África, configurando uma expressão territorial muito maior, com sujeitos concretos. Os povos dos continentes explorados são quem podem, de forma articulada, avançar tanto nas tarefas de autodeterminação como de construção do socialismo.

E também na Revolução Cubana, apresenta-se uma tarefa concreta que foi expressa por várias construções e ações encabeçadas por Fidel, Che e todos os dirigentes da Revolução Cubana, que é a construção de um movimento mundial anti-imperialista. E que enfrentar o imperialismo pode ser mais exitoso se os povos de todo o mundo o fizessem, e para isto, deve-se construir um movimento anti-imperialista global. Então, encontramos expressões como a “Tricontinental”, a realização de uma série de encontros e de conferências que permitiram o intercâmbio entre movimentos de libertação nacional dos povos para projetarem tanto a luta anti-imperialista quanto a necessidade de avançar sobre o caminho da autodeterminação e ao socialismo. Muito bem, essas são algumas referências centrais para a discussão. Há muitas outras, certamente, mas estes foram alguns ensinamentos que recolhemos da Revolução Cubana.

Um sexto elemento para pôr em debate é o fato de que encontramos um movimento de intelectuais, latino-americanos, principalmente, que se chamam “*los dependentistas*” (os dependentistas). Uma série de economistas, de sociólogos, de lutadores populares, de ativistas que começaram um estudo para entender melhor a dinâmica imperialista sobre o continente, e como se

gera essa dinâmica de dependência sobre toda a América Latina frente ao imperialismo norte-americano. E geram, digamos, uma teoria, uma grande metodologia vigente, com muitos elementos interessantes de análises e de propostas nesta perspectiva de romper com o imperialismo e, especificamente, com a dependência. Então, aqui trazemos duas referências diante das muitas que existem. Uma, de Theotônio dos Santos, muito conhecido e estudado por vocês, “Imperialismo e dependência”, uma obra de 1978, que faz identificações chaves. Reconhecendo a dependência do imperialismo norte-americano, Theotônio afirma que “*Uma primeira tarefa dos povos e movimentos é derrotar as burguesias que fazem possível essa dependência*”. A dependência não seria possível se as classes dominantes na América Latina não propiciassem a dinâmica de exploração, saque e dependência. Então, Theotônio afirma que o primeiro a se fazer é “*Derrotar as burguesias periféricas que se aliam dependentemente com o imperialismo*”. Além disso, Theotônio diz que: “*esta derrota precisa impulsionar, imediatamente, uma transição para o socialismo*”.

Então, temos a discussão anterior que mencionamos sobre se somente tarefas democráticas e projeto nacional ou outro caminho, com os *dependentistas*, que em sua grande maioria percorrem pelo segundo caminho, compreendendo que sim, precisamos resolver o problema da dependência, mas precisamos (também) iniciar a transição para o socialismo. E, logicamente, dizem que a superação da dependência não será possível sem a derrota da burguesia como tal. Assim, aborda-se uma tarefa de ordem política, os *dependentistas* não somente ficam na análise da situação, mas também apresentam tarefas de ordem política que devem ser materializadas pelos povos, movimentos e organizações.

Referências teóricas e políticas

Ruy Mauro Marini, 1973

Divisão internacional do trabalho, centro-periferia, transferência de bens e lucros, no final, nunca será possível se desenvolver por conta própria sem deixar o caminho da dependência.

Governos pós-neoliberais e a arquitetura da integração.

López Segrera

Manutenção do modelo de produção extrativista que, acompanhado por uma situação de preços altos de petróleo e matérias-primas, serviu para financiar políticas sociais, mas não para aprofundar medidas destinadas a sustentar a industrialização ou uma maior redistribuição de renda que permitiria a construção de um modelo com maior independência.

Outro *dependentista* que neste processo formativo vale a pena estudar com mais detalhes, foi Mauro Marini, que propõe algumas categorias que são totalmente atuais, mas que nascem, digamos, no seio desta corrente de análises político-econômicas do *dependentismo*. Marini apresenta, com evidências, no livro “Dialética da dependência”, a injusta divisão internacional do trabalho, e desenvolve teoricamente uma análise histórico-econômica de como os povos da Nossa América se especializaram em transferir uma série de bens, de matérias-primas e de ganâncias, enquanto que outros países, do centro, ou da centro-periferia, especializaram-se, simplesmente, em ganhar, recorrer a utilidades e aproveitá-las em benefício próprio, para seu próprio caminho de desenvolvimento. Nesta perspectiva, Marini também realizou análises sobre as mentalidades e as possibilidades das burguesias latino-americanas em poder ou não desenvolver um projeto na-

cional, chegando à conclusão de que, historicamente, estas têm estado submetidas, cultural e ideologicamente, aos desígnios do imperialismo norte americano e ao monopólio de suas empresas. E que, portanto, delas (burguesias) não é possível esperar transformação (de desenvolvimento de projeto nacional). Essa é uma discussão levantada nos anos 1970, e é muito atual, porque hoje, em vários governos chamados de progressistas ou pós-neoliberais, em muitos casos, têm-se feito alianças com parte das burguesias nacionais, a partir da compreensão de que podem contribuir com o desenvolvimento de um projeto nacional. No entanto vários dos *dependentistas*, nos anos 1970, demonstraram que nem economicamente nem culturalmente nem ideologicamente era possível um relacionamento para a construção, dadas as mentalidades burguesas que havia nestes territórios.

É importante, de maneira mais atual, como mencionamos essa discussão sobre governos progressistas, ou de governos chamados de pós-neoliberais, e por isso sugiro a leitura de López Segrera “América Latina: crises do pós-neoliberalismo e a ascensão da nova direita”¹². Estamos ainda, é o que me parece, em dívida, numa análise mais profunda, sobre quais avanços e a que concepções orientam esse ciclo progressista, tanto na construção de um projeto nacional, como no avanço, no sentido de partir para outro caminho de desenvolvimento, para uma nova sociedade. Entendemos que, neste caso, as experiências seguem marcadas em um mesmo século histórico, apesar de distintas, mas com o mesmo caminho percorrido, como pelo processo bolivariano da Venezuela, como na Bolívia com a condução de Evo ao socialismo ou na

12 López Segrera, Francisco. América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha / Francisco López Segrera. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016. Libro digital, PDF: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D11890.dir/America-Latina-Crisis-del-neoliberalismo.pdf>

experiência de Lula, do PT e suas alianças no Brasil, como também com Néstor Kirchner, na Argentina, entre outros. Todas estas coincidem em um tempo concreto, de governos ou ciclos pós-neoliberais, e cada um possui suas próprias características, que ainda podem ser analisadas.

Todavia López Segrera faz uma primeira crítica no que diz respeito a esses governos, de que não conquistaram a superação do extrativismo, mantiveram essa dinâmica de modo de produção extrativista articulado de forma dependente às grandes empresas transnacionais. E por essa via seguiram exportando bens e capital para o centro, através destas empresas. Mediante exportação de matérias-primas, alcançaram o financiamento de muitas políticas sociais, mas não alcançaram romper com a dependência, tampouco desenvolver o dito caminho próprio de desenvolvimento, se estas foram as intenções. Aqui encontramos uma sétima dimensão, e todas elas nos servem como referência para o debate que fazemos. Estas são como referências que prevaleceriam para os seguintes estudos e debates que certamente podem ocorrer nesta escola.

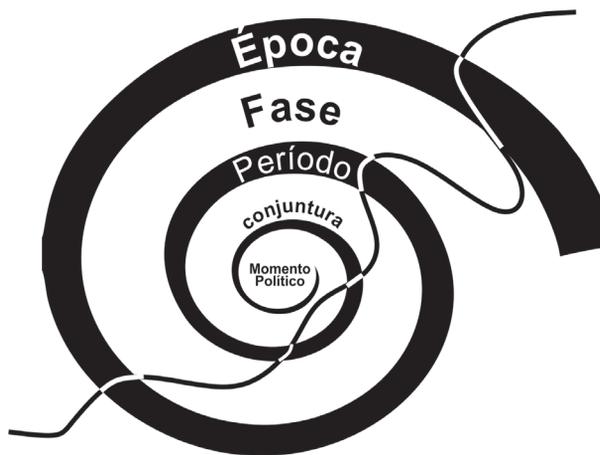


Gráfico 01- Conceito de Estratégia

Com estes elementos de referências teóricas e históricas, então, recordamos que a pergunta-intenção que aqui estamos fazendo é a de como podemos construir uma estratégia, a partir dos povos, que nos permita enfrentar essa reconhecida situação de dependência e de submissão e que nos permita avançar por um caminho de autodeterminação, mas também rumo a uma nova sociedade?

Vamos utilizar um conceito de estratégia muito simples. A estratégia, em geral, desde as ciências políticas e nos movimentos se define como um dispositivo integral de ação e de construção de poder. A estratégia está ancorada nas raízes da realidade e dos propósitos e objetivos, se aqui dissemos que queremos fazer o socialismo, isso vai definir o sentido e o caráter da estratégia que estamos propondo. Na realidade, no sentido de que toda estratégia também ancora suas raízes na realidade que se quer transformar. Digamos, é uma simplificação da lógica marxista de entender a realidade para transformá-la. E a ferramenta para transformar essa realidade, depois dessa máxima filosófica de Marx, é a estratégia. E nesta perspectiva aqui, se trata de outra discussão, mas somente vamos trazer como referência que a estratégia atravessa distintas categorias, desde o mais histórico até o momento político atual, em que se expressam com maior clareza as contradições de classe na sociedade.

Aqui, brevemente, diríamos que estamos na época de um capitalismo que está em crise, e talvez tenhamos já iniciado um tempo de diversos caminhos de transição para o socialismo, dentro dos quais encontramos a antiga experiência da União Soviética, e de outras revoluções, entre outros caminhos que os povos vão tomando/ensaiando. É uma época em que domina o capitalismo não só como modo de produção, mas também como força ideológica, e contra sua hegemonia têm germinado em seu interior propostas de revolução e de transição. Então, é uma época bastante complexa, e

que se complexifica mais. Também é uma época cheia de contradições, onde já tem iniciado uma transição, mas ainda predomina o capitalismo, e o capital com toda a sua força.

E essa categoria de “Fase” nos convida a entender como tem sido a constituição das sociedades latino-americanas, então, aqui já dizíamos que o capitalismo em nossa territorialidade é um capitalismo dependente, e sob esta lógica da linearidade, é um capitalismo subdesenvolvido, porque não alcança, nem sequer, as condições que o capitalismo tem alcançado na Europa, nos EUA, no Japão, entre outros. É um capitalismo deformado, segundo alguns economistas, um capitalismo que está feito, fundamentalmente, na chave (na essência) da dependência – esta que abordaram os dependentistas – que falamos, ao exportar tantos bens naturais e matérias-primas, o que só é possibilitado com o exercício da violência e da repressão político-ideológica sobre os povos que lutam por sua independência. Então, encontramos essa realidade.

Já a categoria de “Conjuntura” nos convida a fazer uma avaliação de quem são os blocos (classes) que estão se enfrentando na sociedade e qual é a correlação de forças que precisamos concretizar no momento político. Então, se vemos o que está acontecendo, nos últimos dois ou três anos, na América Latina, vemos uma exacerbação de todas as lutas de classes. Por um lado, termina uma experiência de ciclo progressista, mas logo há o aparecimento de novos exercícios através da via eleitoral, por exemplo, o caso peruano que é muito atual. Por outro lado, os povos têm saído às ruas, em levantes populares, em 2019, 2020, 2021, no Chile, em Honduras, no Haiti, no Panamá, na Colômbia. Há luta porque têm aparecido governos de direita por toda parte, no caso do Brasil, também na Colômbia, enfim, dizer que o período de conjuntura pelo qual estamos passando faz emergir novos sujeitos, ratifica o protagonismo dos povos nesta luta, gera outros tipos de contradições, já que seguimos atravessados pela gestão dos pode-

res globais, também pela pandemia de Covid-19. Digo que o tempo acelera, e que chegamos a um momento político de definições. Hoje, estamos em um momento em que qualquer caminho é possível, há um caminho no qual os povos se mobilizam e se impõem ou há um caminho de regulação pelo capital concedendo alguns espaços ou, ainda, um caminho pela repressão. E os três caminhos são possíveis.

A estratégia, então, é este dispositivo, que entendendo o que se passa em cada uma dessas dimensões (categorias) históricas é capaz de apresentar uma dinâmica de construção de poder para que, a partir dos povos, seja gerada uma maior acumulação de capacidades na transformação da realidade. E, pois, aqui estamos dizendo que estratégia devemos tomar para conquistar a autodeterminação dos povos e nos encaminharmos, definitivamente, à construção do socialismo. Não é momento para aprofundar o conceito de estratégia, mas levando em consideração que esse é um conceito que aplicamos, tanto para o entendimento do debate, quanto nas seguintes abordagens-chaves sobre por onde podemos articular uma estratégia a partir dos povos – pelo fato de estarem nela (na estratégia) os elementos sobre os quais estamos falando.

Chaves para a estratégia dos povos

- 1) Estabelecer um horizonte comum: derrotar e superar o capitalismo e construir o socialismo.
- 2) Nossa América como um território de luta e construção.
- 3) O poder popular articulado dos povos, como sua própria força e capacidade.
- 4) Uma agenda de luta hoje: anticapitalista, anti-imperialista, anticolonialista, antipatriarcal, antirracista.
- 5) Uma ideologia que se afirma em autodeterminação, a identidade dos povos, a força da diversidade e uma nova relação sociedade-natureza.

Apresentamos algumas premissas, objetivos e referências de ordem teórica e histórica, bem como o conceito de estratégia. Então, veremos agora como juntamos tudo isso em algumas chaves do que poderia ser uma estratégia a partir dos povos, para superar a dependência, conquistar a autodeterminação e avançar ao caminho do socialismo. No entendimento de que a maioria das referências teóricas e políticas, e suas intenções, aborda que a luta e que o avançar por este caminho em direção ao socialismo deve ser feito a partir da integração das lutas populares, o projeto nacional, que todos certamente seguiremos construindo, segue se mobilizando, mas não isoladamente, necessitando ganhar uma perspectiva continental e global. O debate histórico sobre a revolução e o socialismo em um só país ou em nível global, que se apresentou durante a Revolução Russa, hoje o temos mais ou menos superado, pois temos que fazer as três coisas em nosso caso: construir um projeto nacional de nação, pois as burguesias em nossos países não o fizeram e, simultaneamente, fazer uma integração de lutas latino-americanas, pensando numa revolução global. Esses três elementos não são contraditórios, e sim necessários, essa articulação é necessária.

Nessa perspectiva se encontra uma das chaves (solução) do que poderia ser uma estratégia dos povos. Então, isso que estamos comunicando aqui, de maneira um pouco rápida e muito superficial, é que estabelecer um horizonte comum é uma tarefa urgente. E gerar um consenso de que essas articulações são necessárias. Este horizonte comum, portanto, deve levar os povos do mundo a acordarem sobre aquilo que precisamos: que é superar o capitalismo em meio às crises às quais nos arrasta – crise ambiental, climática, de migrações, enfim, rumo ao desastre; que não há uma saída possível dentro do capitalismo, portanto, precisamos superá-lo; e que referendemos o acordo entre os povos do mundo de que vamos construir o socialismo. Possivelmente, isso pode acontecer,

mas hoje ainda não temos esse acordo, alguns povos avançam seguindo por uma perspectiva, enquanto outros seguem por outra, então, precisamos construir um consenso global, latino-americano e nacional.

Uma segunda chave é que entendamos Nossa América como um território de luta e de construção. Dizer que isso que estamos fazendo aqui é, certamente, uma articulação através de plataformas continentais, e entendemos que aos povos com os quais temos uma identidade e propósitos comuns, devemos levar a ideia de que essa luta é uma luta *nuestramericana*. E, necessariamente, como movimentos socioterritoriais, temos que fazer da Nossa América um território de luta e de construção. E levar à prática, pois não se é algo unicamente declarativo.

Em terceiro, a ideia e concepção de poder popular. Devemos irradiá-la no sentido de que aí está a força e a capacidade dos povos para se articularem e transformarem a realidade. O capital e as oligarquias têm um grande poder, expressado em sua acumulação de riquezas com os grandes meios disponíveis, mas nós, povos, também temos nosso próprio poder e nossas próprias capacidades, temos potencial de poder popular, no sentido de enfrentamento estratégico – que estamos levando a cabo.

Em quarto, construir uma agenda de luta, onde tenhamos princípios, necessariamente, de luta anti-imperialista, anti-capitalista, tal como temos dito, também anti-colonialista, porque o imperialismo e o capitalismo seguem desenvolvendo uma dominação de ordem cultural sobre estes povos. E sua hegemonia, em grande medida, faz-se a partir dessa dominação cultural, portanto, a luta cultural, um pleito cultural próprio se faz urgente nesta perspectiva anti-colonialista. Mas também, antipatriarcal e anti-racista, já que o patriarcado e o racismo são componentes inerentes do capitalismo em nossos territórios. Então, não se entende uma luta anticapitalista sem que também seja antipatriarcal e antirracista.

Estas são perspectivas de uma agenda estratégica. Por sua vez, então, temos uma perspectiva que se afirma, temos que afirmar nossas lutas na autodeterminação dos povos, nas identidades, no poder popular, em nossa imensa capacidade de construção e de riqueza cultural, artística, no feminismo popular, em novas visões de relação com a natureza, entre outros. Podemos dizer que temos, então, tanto uma agenda de luta “contra”, quanto uma agenda de afirmação do que já temos no caminho percorrido.

Eixos de luta e construção articulada

- 1) Economia camponesa, economia popular e reforma agrária.
- 2) Desmilitarização dos territórios e da sociedade.
- 3) Superando o extrativismo e as transições socioambientais.
- 4) Democracia.
- 5) Nova arquitetura de integração do povo.
- 6) Projeto cultural: educação popular, mídia alternativa, compreensão da realidade, arte dos povos.

Podemos ir encontrando alguns eixos concretos de luta e de construção. Já resolve o problema de que precisamos estar atuando como povos unidos e articulados, podemos ir discutindo e gerando conteúdos com eixos concretos. Aqui menciono alguns, certamente faltam muitos outros.

Primeiro, um eixo-chave para essas articulações de disputa frente ao capital é que precisamos mobilizar e construir uma economia camponesa, uma economia popular, e uma luta conjunta pela reforma agrária. Então, dentro dos eixos comuns em nossa formação econômico-social latino-americana encontramos estas tarefas pendentes, que são tarefas de ordem democrática, insisto, e que aqui, os povos têm recorrido à mobilização, com a recuperação das terras, com os assentamentos, com a construção de

outros tipos de circuitos econômicos que permitam a soberania e a autonomia alimentar, estando inclusa a segurança alimentar a partir dos povos. E nesta perspectiva, encontramos características comuns em praticamente todos os povos latino-americanos, com a presença de capitalistas que concentram a propriedade da terra, que exercem domínio sobre a terra e sobre o território, e que impedem que a economia campestre possa se desenvolver. Nisso, há um eixo de luta que nos compete a todos, a todos os povos, a todos os movimentos dos países, e temos que observar como fazer efetivas articulações. Todos e todas temos avançado em uma transição à agroecologia, por exemplo, e podemos compartilhar da melhor maneira, todos temos construído mercados comunitários e campestres. Todos nós, povos, somos capazes de construir circuitos, não somente locais e nacionais, mas também circuitos *nuestramericanos*, no caso deste eixo.

Um segundo eixo de luta é, sem dúvidas, a desmilitarização dos territórios e das sociedades. A militarização, em alguns casos com a presença de forças militares norte-americanas, é um problema e uma realidade de grande parte dos países da Nossa América. Então, essa é uma luta pela autodeterminação dos povos, desmilitarizar os territórios, tirar as bases militares, lutar contra os convênios de assistência militar que permitem aos exércitos nacionais exercer repressão sobre os povos. É uma luta comum. Uma luta cada vez mais urgente, que se ancora, finalmente, na luta por direitos humanos.

Terceiro, precisamos empreender as transições as quais temos feito muito localmente, necessitamos fazê-las *nuestramericanas*. A se superar, então, o extrativismo e a mudar a visão de desenvolvimento para outra perspectiva. O Bem Viver e outras noções podem nos dar outro paradigma, e com este, poderemos superar tanto o extrativismo quanto esta visão capitalista de desenvolvimento. E, assim, construir uma visão e um horizonte próprios.

Também empreender, definitivamente e de maneira continental, as transições socioambientais, a transição da agricultura oriunda da Revolução Verde para a agroecologia, a transição energética, a transição ambiental, numa nova relação entre sociedade e natureza, entre outras.

Um quarto elemento é a luta pela democracia. Não a democracia formal que têm implementado as oligarquias latino-americanas em nossos países, nem no sentido da divisão de poderes da democracia liberal, mas sim, a democracia popular, que devemos seguir defendendo frente à ameaça autoritária, já que cresce o autoritarismo em muitos países. A luta pela democracia cobra um sentido muito fundamental, que é a luta contra o neofascismo, contra o autoritarismo, contra a ditadura. Para isso, precisamos ressignificar o sentido da democracia, construindo-a a partir dos nossos povos.

O quinto, nova arquitetura de integração. Para isso, necessitam-se de ferramentas e da realização de uma avaliação a fundo dos avanços e obstáculos da construção. Na cabeça de Hugo Chávez, fazer isso no nosso continente se dá com uma série de instrumentos que permitem essa integração, principalmente governos, e propomos quais são os instrumentos e a arquitetura de integração a partir dos povos. E que (os instrumentos) não necessariamente entram em contradição com o que fazem os governos progressistas, mas que tampouco dependem. Destacamos que as experiências anteriores foram demasiadamente centradas nos governos e com pouca ou menor participação dos povos. Então, precisamos fazer uma espécie de democratização dessa nova arquitetura de integração.

E em sexto, é muito importante um projeto cultural dos povos *nuestroamericanos*, pois aqui temos muitas fortalezas, mas que necessitam ser mais integradas, mais partilhadas, portanto, que façamos mais lutas, e outras coisas, juntos e juntas. Temos a fortaleza

dos povos com toda experiência em educação popular, e isso é um patrimônio dos povos e que caminha com distintas visões e experiências ao longo de toda Nossa América. Então, podemos construir um projeto de educação popular e política a partir dos povos *nuestramericanos*. As experiências de comunicação em meios alternativos, que também são muitos, às vezes atuam de forma bastante dispersa, e não podem enfrentar o grande dispositivo midiático e monopolizado, pois este detém o poder do capital a nível global. Exercícios de compreensão da realidade, investigações com metodologias alternativas – que também são muitas – tornam a experiência de arte popular muito rica que, por fim, convertem-se em elementos práticos e concretos de resistência cultural. Isso é fundamental em todo projeto de libertação, em todo projeto político de transformação da realidade.

Se não conquistamos uma emancipação cultural através destes e de outros meios, muito dificilmente vamos conquistar uma emancipação de ordem política, porque a cultura e a ideologia operam como elementos de exercícios mais avançados que os de ordem política, e retroalimentam a ideologia dos povos que ganham consciência. A decisão de luta daqueles que resistem a partir da cultura podem empreender melhor as próprias lutas e, logo, estas têm poder de politizar e de formar, massivamente, muitas pessoas, como observamos nas últimas conjunturas com os levantes sociais populares que vêm ocupando o nosso território *nuestroamericano*. A quantidade de jovens, especialmente jovens e mulheres que se formam politicamente, numa luta como esta, é imensurável. E novamente, recorrendo a Marx, digo que essa jornada de lutas é uma escola que substitui décadas de ambiente de formação.

O projeto cultural é chave como eixo de luta e de construção dessa estratégia *nuestramericana* de libertação e de construção socialista.

Projeto Nacional e Amazônia: soberania e sustentabilidade

A Amazônia como questão nacional, no
século XXI; a Amazônia com integração
Latino-americana;
a Amazônia como potência à realização
da economia da biodiversidade

César Benjamin

Boa tarde a todos. Eu hesitei muito em aceitar o convite, basicamente por eu não estar me sentindo preparado para essa exposição. Porque estou muito envolvido em um outro trabalho, que está há vários meses me consumindo completamente a cabeça. Mas um convite de vocês é sempre difícil de dizer não. A gente sempre dá um jeito.

Nós vamos tratar aqui da crise da Amazônia, que é uma parte da crise brasileira. Então, eu vou pedir permissão para começar rapidamente dando uma olhada na crise brasileira para que a gente chegue na Amazônia. E qual o meu enfoque da Amazônia? Eu diria que um ponto de vista possível, não o único, mas é possível, sobre a crise política brasileira contemporânea, é aquele ponto de vista que procura desagregar diferentes ciclos temporais na nossa crise.

Existe um primeiro ciclo temporal, que é o mais evidente, no qual todos nós estamos imersos, que comanda a luta política, que é o ciclo de curto prazo. Basicamente dado pelo processo eleitoral que ocorre a cada dois anos. Então, em um determinado ano, termina a eleição, os partidos, as forças políticas começam a olhar para dois anos depois, tendo em vista os resultados anteriores, para redefinir a sua estratégia de ação. Então, nós temos na crise brasileira um primeiro ciclo, um ciclo curto, cujo compasso é bianual.

Mas esse não é o único ciclo temporal. Se nós observarmos de uma maneira mais larga a evolução do Brasil, nas últimas décadas, nós vamos perceber que existem também ciclos médios na política brasileira. Se tomamos como marco a Revolução de 1930, uma

Constituinte, em 1933 – que redefiniu, por pouco tempo, mas que redefiniu, o quadro institucional –, depois, a deposição de Vargas, em 1945, e uma nova Constituinte, em 1946. Então, nós tivemos aí um ciclo médio de 15-16 anos, em que a vida política brasileira foi dominada pelo chamado ‘Ciclo Vargas’, os dois primeiros governos Vargas. Depois, em 1946, nós tivemos essa ruptura que durou até 1964. Uma ruptura, em 1945, uma Constituinte, em 1946, e uma nova ruptura, em 1964, com uma Constituição outorgada, em 1967. Então, nós temos também, neste caso, em torno de 18 anos de um novo ciclo médio da política brasileira, que durou até, aproximadamente, 1985. Então, de 1964 a 1985, nós temos 21 anos. Na Ditadura Militar, há um processo de negociação, de ultrapassagem da Ditadura Militar, que culmina na Constituição de 1988. Então, nós temos um novo ciclo médio na vida brasileira. E esse ciclo aberto, em 1988, dá lugar a uma certa configuração de forças, seja na área partidária, seja na sociedade civil de uma maneira mais ampla.

É nos anos 1980 que surge, ou se fortalece, um conjunto de instituições, que serão decisivas na política brasileira, a partir da redemocratização. Nós temos a CUT, temos o fortalecimento do MST, e, mesmo na área do Estado, a recriação de instituições. E isso dura até recentemente. Acho que uma característica da crise brasileira atual é a de que nós estamos, não só dentro daquele ciclo curto ao qual me referi, mas estamos também em um novo inter-regno de dois ciclos médios. O ciclo aberto, em 1988, terminou, e nenhum ainda foi aberto. Quer dizer, o governo Bolsonaro sepulta aquela forma de organização aberta, em 1988; há emergências de outras forças, de forças novas, a maioria destas deletéria, mas forças importantes. E isso ainda não se estabilizou em uma nova institucionalidade política brasileira. Então, estamos no meio de dois ciclos médios da política brasileira, em que a cada mais ou menos 20-22 anos ocorre uma transição desse tipo.

Mas além dos ciclos curtos e dos ciclos médios, nós temos também um terceiro tipo de ciclo, que são os ciclos longos. E nós estamos vivendo uma crise muito grave, que eu chamaria de um ciclo longo da vida nacional. O Brasil sempre foi um país, digamos assim, vocacionado para não dar certo. Um país periférico, tropical, primário-exportador, dependente, um país que demorou muito a constituir os elementos endógenos para realizar a sua própria história. Na verdade, hoje eu diria que a ideia de Brasil e o primeiro ciclo longo da vida nacional, já com um esboço de um projeto nacional brasileiro, ocorre somente no século XX. Nós passamos os primeiros 400 anos da nossa história em um labirinto.

Portanto a ideia de Brasil é muito recente, digamos que é dos anos 1930 para cá. Nós começamos a tatear, houve um auge na década de 1960, de onde nós podemos localizar vários pensadores brasileiros muito importantes que, de certa maneira, consolidaram essa primeira ideia de Brasil: Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Ignácio Rangel, Paulo Freire. Enfim, um conjunto deles, que estavam ativos nesse momento, em sua plena maturidade intelectual e política, e que nos legam um esboço de projeto nacional. O momento em que nós vivemos, agora, não é marcado apenas pelos ciclos curtos, que são os mais visíveis, não é marcado só pelo interregno de dois ciclos médios, ele é marcado por uma profunda crise da ideia de projeto nacional. Quer dizer, aquele ciclo longo que nós vivemos, no século XX, também, provisoriamente, terminou.

E isso é muito grave, para mim, é claro, porque não se resolvem as crises do ciclo curto e do ciclo médio se a gente não encarar a crise do projeto nacional. Na verdade, embora o caminho político seja do curto para o longo, o caminho intelectual é do longo para o curto. Assim, ou nós somos capazes de propor um novo projeto nacional, e a partir daí ir disseminando, consolidando e criando uma cultura popular em torno disso – como chegamos a esboçar nos anos 1960 –, ou dificilmente sairemos da crise, e o

nosso país tem uma grande chance de viver uma degradação. Há países que entram em ciclos, em fases, de degradação prolongada em que a crise não contém a sua própria solução. Então, a questão do projeto nacional, para mim, é a questão chave.

Neste ponto, eu chego na Amazônia. Não há projeto nacional brasileiro sem Amazônia. A Amazônia é a maior riqueza natural do Brasil, disparada, especialmente agora, no século XXI. E, paradoxalmente, é uma região que, há muitos séculos, é frouxamente ligada ao conjunto da sociedade nacional. Isso tem várias explicações possíveis: explicação demográfica, explicação geográfica e a explicação econômica.

O Brasil foi um país muito capaz de copiar as tecnologias da Segunda Revolução Industrial, basicamente a tecnologia metal-mecânica. O Brasil experimentou um ciclo de industrialização com muito êxito, entre 1930 e 1980, copiando tecnologias metal-mecânicas baseadas em petróleo, automobilística, entre outras. Porém o Brasil não foi capaz de dar um salto para dominar a capacidade própria de inovação. Nós nos tornamos capazes de copiar, o que é uma coisa importante, mas não fomos capazes de inovar. E a tecnologia metal-mecânica do século XX é inadequada para lidar com o ambiente amazônico, o que nos leva a um grande impasse quando nós olhamos para este ambiente. De modo que, hoje, eu acho que nós estamos diante de uma grande disjunção, que é na Amazônia, mas é nacional.

Se nós permitirmos que o processo de destruição da Amazônia se conclua, e não estamos longe disso, acho que nós estaremos assinando um atestado de fracasso nacional de grande dimensão histórica. Se, por outro lado, nós conseguirmos inventar um projeto de desenvolvimento para a Amazônia, que não existe, e integrar este projeto ao projeto nacional, nós poderemos retomar o sonho da civilização brasileira. Este que foi o sonho da geração dos meus pais e talvez dos avós de alguns de vocês. O sonho de que o Brasil

poderia ser a matriz de uma nova civilização. Quem explicitou isso com muita clareza e com muita grandeza foi Darcy Ribeiro, que foi, digamos assim, o grande profeta da ideia de uma civilização brasileira. E eu acho que a civilização brasileira, hoje, está, em grande medida, sendo jogada no destino da Amazônia. Nós não vamos disputar com os Estados Unidos e com a Europa as tecnologias de ponta que já estão maduras, que eles já dominam. Nós não vamos disputar com a Ásia a produção de manufaturados no mundo, mas nós temos a possibilidade de criar no Brasil uma economia high-tech, uma economia de alta tecnologia, a partir de uma matriz nova que eu chamei – no meu texto anterior¹³ – de ‘economia da biodiversidade’. Esta é altamente tecnológica porque se baseia no conhecimento biológico de ponta, mas ela não é mais da matriz metal-mecânica que começa no século XIX, que se baseia no petróleo, que dá o automóvel e, assim, sucessivamente.

O Brasil tem diante de si um desafio que nunca conseguiu enfrentar. E que, na verdade, ele não sabe enfrentar. Isso nos conduz a dois problemas gêmeos: o problema do desenvolvimento sustentável da Amazônia e o problema da consolidação da soberania nacional na Amazônia. Eles são gêmeos porque a posição da Amazônia no mundo mudou, nas últimas décadas. Aquilo que durante muito tempo foi conhecido como ‘Paraíso verde’ ou como ‘Inferno verde’, dependendo do ponto de vista, que era uma região grande demais para ser dominada, essa região, no século XXI, passa a ter uma centralidade em nível planetário que antes não tinha. E quando se tem regiões fundamentais e sociedades fracas, têm-se crises. O melhor exemplo disso é o Oriente Médio. A incorporação do petróleo na matriz produtiva mundial

13 César Benjamin. Amazônia: cuidado, frágil. Boletim Conjuntura Brasil. Fundação João Mangabeira. N° 08. 2019. Acesso: https://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/201910429722500.Amazonia_cuidado_fragil.pdf

se dá a partir da década de 1920. Até então o Oriente Médio era uma região sem importância, deixada ao seu próprio destino. Com a descoberta da importância do petróleo e das grandes jazidas de petróleo no Oriente Médio, formou-se essa combinação: sociedades fracas e recursos estratégicos. Isso gerou o que vem sendo o Oriente Médio ao longo das últimas décadas: uma área de guerras, de invasões, de criação e de desaparecimento de países, de intervenções estrangeiras. Enfim, é uma área que combina recursos estratégicos e sociedades fracas.

Essa mesma combinação está se recriando, na Amazônia, nesse início do século XXI, não sendo pelo petróleo, embora tenha petróleo por lá também em bastante quantidade. É por um novo tipo de recurso que vem a se transformar em recurso, nas últimas décadas. Porque, vejam bem, recurso não é um conceito estático. Recursos são aquelas partes da natureza que a inteligência humana é capaz de compreender e de utilizar para o desenvolvimento das sociedades humanas. Então, não é um conceito estático. As cachoeiras sempre existiram, há milhões de anos, mas só se transformam em recurso quando se compreende a possibilidade de produzir energia elétrica a partir das cachoeiras. O petróleo era conhecido desde a Antiguidade, que só se transforma em recurso de grande monta a partir dos motores à combustão da segunda metade do século XIX. E, no caso da Amazônia, nós temos ali aquilo que, até há pouco tempo, não era propriamente um recurso, mas que agora é um recurso estratégico, que se chama biodiversidade.

É relativamente recente a transição das Ciências Biológicas, principalmente, da Genética, da condição de ciência básica para a condição de ciência aplicada. A ciência básica é aquela que produz conhecimentos, a ciência aplicada é aquela que traduz esses conhecimentos em aplicações úteis. Então, durante muito tempo, a Astronomia foi uma ciência básica, a Física foi uma ciência básica, e com o tempo elas vão se transformando em ciências aplicadas.

Quando Maxwell escreveu, na segunda metade do século XIX, as Equações do Eletromagnetismo, a Física era uma ciência básica. Eram com as suas matemáticas que se modelavam as ondas eletromagnéticas, mas a partir dessas Equações se desenvolveram o rádio, a televisão, entre outros. Então, transforma-se uma ciência básica em uma ciência aplicada. E o que nós assistimos, nas últimas décadas, é que o paradigma metal-mecânico físico vai perdendo importância relativa, embora continue sendo ainda muito importante, e começa a surgir um novo paradigma científico baseado nas Biologias, e não mais na Física. E a família de técnicas conhecidas como Biotecnologias, cujos impactos ainda estão no começo, não se desenvolveram plenamente, mas que já tem grandes impactos em várias áreas, como em fármacos, fertilizantes, cosméticos, alimentação, entre outras. A Amazônia, além disso, é depositada em uma das maiores reservas de água doce do mundo. E a água doce é um recurso que tem uma característica muito especial: é o único recurso que nunca poderá ser substituído, todos os outros vão sendo substituídos ao longo da história. Mas a água doce não poderá ser substituída, pois ela é o recurso da vida. A vida é basicamente água, o nosso corpo é basicamente água, o nosso cérebro é basicamente água, 80% do que tem aqui no meu cérebro é água. Então, a Amazônia concentra as maiores reservas de biodiversidade, concentra as grandes reservas de água doce e um conjunto de outras potencialidades.

Para lidar com isso, precisamos evitar duas grandes posições extremas. A primeira é a da intocabilidade da floresta. Não, a floresta não é intocável, ela pode e deve ser transformada em um recurso, pela inteligência humana, assim como transformamos outras matérias naturais em recurso. O outro extremo da intocabilidade é a destruição, que é a burrice em estado puro. É curioso que as pessoas que tocam fogo na floresta o fazem em nome do progresso, mas a técnica que eles querem levar para o lugar da

floresta é a técnica dos nossos antepassados de 10-12 mil anos atrás: querem criar bois e extrair a madeira. É exatamente o que a humanidade fazia no período Neolítico. O que eles chamam de ‘progresso’ é, no século XXI, destruir o maior potencial científico e tecnológico do planeta e regredir até 10 mil anos atrás, tirar de lá aquilo que os nossos antepassados tiravam no Neolítico. Então, essas duas posições extremas não resolvem o problema da Amazônia e conduzem a um enorme risco, que é a perda de soberania sobre a região amazônica.

Eu dei um exemplo aqui do Oriente Médio, que era uma região ‘deixada para lá’, até que se descobriam as grandes jazidas de petróleo – e o petróleo se tornou um insumo fundamental da economia mundial –, passando então a ser uma região invadida, retalhada, disputada, até hoje. Nós estamos no limiar dessa possibilidade em relação à Amazônia; nós temos lá também recursos estratégicos para o século XXI, que não eram para o século XX, e sociedades fracas. Então, nós precisamos encontrar um terceiro caminho, que não seja a intocabilidade nem a destruição. E a verdade é que a sociedade brasileira não sabe encontrar esse terceiro caminho, não se capacitou ainda para encontrar esse terceiro caminho. Esse é um dilema estratégico do Brasil contemporâneo, e é por isso que eu disse aqui no início que não há projeto nacional brasileiro, no século XXI, sem que consigamos resolver a questão da Amazônia. Nós não teremos um projeto nacional exitoso baseado na indústria metal-mecânica, que já é uma indústria que tem ficado para trás. Nós não vamos ter um projeto nacional exitoso ultrapassando os Estados Unidos naquilo que eles já fazem muito bem. Não teremos esse tempo e essa capacidade, mas podemos inventar uma coisa que só nós podemos inventar, que é a economia da biodiversidade.

O que é a Amazônia do ponto de vista, digamos assim, geográfico? É uma grande planície que drena a Cordilheira dos Andes,

onde se forma, inclusive, o rio Amazonas – ainda com outro nome –, drena o Planalto Central do Brasil e também o Maciço das Guianas. Então, toda vida, toda água, tudo o que acontece nesse grande entorno geográfico, ao longo de milênios, foi sendo carreado para a Planície Amazônica, e se formou ali a maior bacia hidrográfica do mundo, disparada. E, ainda, com uma característica interessante, pois o principal rio da região, que é o próprio Solimões-Amazonas, corre em paralelo ao Equador e recebe afluentes dos dois lados – do hemisfério Norte e do hemisfério Sul. Então, como as estações se alternam no hemisfério Norte e no Sul, o rio Amazonas, que está mais ou menos na Linha do Equador, e tem esses afluentes do Norte e do Sul, acaba recebendo o ano inteiro uma enorme quantidade de água – não tendo ele um período propriamente de seca –, e também uma enorme quantidade de vida. O rio alarga a tal ponto, que se somarmos as áreas de várzea do rio Amazonas o mesmo chega a ter 100 km de largura. Então, além da calha principal, temos várias áreas alagadas, que são o maior depósito de vida do planeta.

Só para vocês terem uma ideia, há um trabalho de dois pesquisadores da Universidade de São Paulo que demonstra que 1km² da região amazônica abriga mais vida do que todas as florestas setentrionais do mundo. Se pegarmos todas as florestas da Europa, da Rússia, dos Estados Unidos, do Canadá, todas as florestas setentrionais, e compararmos com 1km² da floresta amazônica, esse 1km² tem mais vida, em todos os níveis – microrganismos, insetos, artrópodes, mamíferos, plantas, entre outros –, do que todas estas florestas setentrionais. E ali se criou uma biodiversidade única, pois, para que se criem novas espécies é preciso que subgrupos das espécies evoluam de maneira separada, se estes continuam a cruzar entre si, permanentemente, a espécie vai se reproduzindo, mas não se diversifica. O que diversifica uma espécie é quando subgrupos permanecem por um longo tempo separados, e, depois, são novamente colocados juntos. E foi exatamente isso que ocorreu na

região amazônica, no último período glacial – há mais ou menos 13 mil anos –, a Amazônia se transformou em um conjunto de ilhas a partir da floresta remanescente. Então, durante alguns milhares de anos, as populações vegetais e animais dessas ilhas se reproduziram de maneira separada umas das outras, isso gerou um conjunto enorme de espécies. Com o fim do período glacial, essas ilhas se ligaram novamente, formando a floresta contínua que nós conhecemos hoje. Então, quando elas se religaram, a biodiversidade dessa região tinha tido um enorme salto, nesse período em que as populações se separaram e se reproduziram, separadamente, criando novas espécies e novas raças. Assim, houve ali um incremento incrível na biodiversidade, parte daí essa constatação de que 1km² da Amazônia tem mais vida do que todos os países do Norte.

Ali se criou também uma característica muito importante para se discutir projeto para a Amazônia: é compreender como se dá esse ciclo que envolve floresta – microrganismos, solo, água, clima, que ainda é, em larga medida, não compreendido, apesar de já compreendermos muitas coisas. A primeira constatação surpreendente é que o solo que está embaixo daquela floresta exuberante é um solo pobre, ao contrário do que se poderia pensar. É um solo muito pobre, o que garante a sua fertilidade é a própria floresta, é a decomposição da matéria orgânica da floresta, que forma uma camada de húmus, decomposta por microrganismos, que forma então aquele solo vivo, extremamente fértil, mas que é uma camada muito superficial. Esse solo extremamente fértil e superficial depende da decomposição da própria floresta. Então, quando se tira a floresta, se tira a realimentação dos elementos orgânicos que garantem a fertilidade do solo, que fica exposto à luz solar direta e à chuva, e em 2-4 anos perde completamente a sua fertilidade. Então, uma primeira constatação importante é que a Amazônia não é uma área adequada para a prática da agricultura

em larga escala, da monocultura, aquela que nós conhecemos em outras regiões do Brasil. Ao se tirar a floresta, literalmente, retira-se a ‘galinha dos ovos de ouro’, retira-se o elemento que garante a fertilidade e a vida da região.

Além disso, as pesquisas na Amazônia mostraram um outro elemento muito curioso e muito importante. Foram medidas as quantidades de água da chuva que cai na Amazônia, evidentemente por amostragem – ninguém mediu toda a região –, e os cientistas concluíram que de toda a chuva que cai na Amazônia, apenas a metade chega nos rios. A outra metade das chuvas que caem sobre a Amazônia fica na própria floresta, que funciona como uma espécie de esponja: ela absorve essa água e a libera por evaporação e por transpiração, a formar as nuvens – carregadas de umidade. Uma grande árvore amazônica libera diariamente cerca de 300 litros de água para a atmosfera por transpiração. Fora aquela água que fica retida na folhagem, no dossel, e que depois, por evaporação, retorna às nuvens. E com isso, o ciclo da água se refaz.

Caso se retire a floresta, essa água vai direto para o solo, e do solo corre direto para os rios, assim, se destrói o equilíbrio do ciclo da água em toda a região. E que, portanto, destrói o equilíbrio climático de toda a região. Mas há uma coisa ainda mais assustadora, é que mais ou menos metade dessa água, que a floresta devolve para a atmosfera por transpiração ou por evaporação, cai na própria floresta enquanto que a outra metade se desloca, acompanhando os Andes, a formar aquilo que os cientistas chamam de ‘rios voadores’. É uma metáfora muito precisa, pois são rios voadores que se deslocam pela atmosfera e caem no Centro-Oeste, no Sudeste, no Sul. 70% da chuva que cai no Sudeste brasileiro vem transportada pelos ‘rios voadores’ que saem da Amazônia. Então, quando se destrói o ciclo hídrico da Amazônia, cria-se um enorme impacto no regime de chuvas em todo o território nacional. Inclusive, na região Sudeste, onde está concentrada a nossa grande

capacidade de geração hidroelétrica. Olha a crise hídrica que nós estamos vivendo agora.

Então, reparem o seguinte: preservar as florestas é um valor em si, que é o de preservar a vida e a biodiversidade. Não gosto quando as pessoas reduzem a floresta a uma questão econômica. Acho que nós somos uma espécie a mais no planeta, e temos o dever de preservar a vida neste, isso é um grande valor. Mas mesmo pensando de uma maneira pequena em economia, a produtividade econômica da Floresta Amazônica, pelo fato de ela existir, é gigantesca. Sem ela, todo o regime de chuvas do território brasileiro é alterado. Se vocês olharem o mapa-múndi, vocês verão o seguinte: todas as regiões do mundo que estão na mesma latitude de São Paulo, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, todas são desertos. No Chile, é deserto, na África, é deserto, na Austrália, é deserto. É uma faixa deserta. Só a faixa que está na América do Sul, especialmente no Brasil, na Argentina, no Paraguai, é que não é deserta. Isso ocorre por conta da ação da floresta e dos 'rios voadores'.

Paro aqui, nesta questão da geografia da floresta, do seu impacto, e vamos ver um pouco a história da floresta, rapidamente. Ela é incorporada pelo Império Português, na época colonial, não vou me deter nisso. Ela tem um primeiro ciclo de povoamento importante a partir de 1848, que é o ciclo da borracha, quando foi descoberta a vulcanização e a borracha se transformou em uma matéria-prima fundamental para a indústria. Reparem que não existia plástico nessa época, então, todo amortecimento de impacto, todo encapamento de fios, e, em seguida, toda a fabricação de pneus para as indústrias eram realizadas a partir da borracha. A borracha se transformou em um produto excepcionalmente importante, na Segunda Revolução Industrial, que ocorreu na segunda metade do século XX. E as seringueiras da Amazônia se transformaram em um grande recurso. Então, houve uma primeira leva de migração com 500 mil nordestinos para lá, em situação de semiescravidão.

Vocês podem imaginar quantos morreram de malária. Bom, aí tem toda uma história que não terei tempo de contar agora, sobre o trabalho do Barão do Rio Branco, a quase guerra com os Estados Unidos, a questão do Acre, entre outras.

O ciclo da borracha entra em decadência, no início do século XX, pois sementes da seringueira brasileira foram levadas para a Malásia, e lá os ingleses fizeram plantações geométricas de seringueiras, que eram muito mais fáceis de serem colhidas do que a seringueira que está dentro da floresta. Nisso, a borracha da Malásia tomou o lugar da borracha do Brasil. Mas a borracha foi tão importante, para vocês terem uma ideia, todo mundo sabe da importância do café para a economia brasileira, nessa época, certo? Então, a borracha rivalizava com o café como produto de exportação do Brasil e, muitas vezes, ultrapassava o café enquanto produto de exportação. Com a decadência do ciclo da borracha, a região ficou novamente mais ou menos entregue à sua própria dinâmica. Houve um terceiro ciclo de ocupação durante a época do Regime Militar, principalmente em meados dos anos 1960-1970. O Regime Militar reorganiza profundamente o espaço amazônico, e o que estamos assistindo hoje é uma decorrência dessa reorganização. Por motivos geopolíticos, o Regime Militar decidiu que o Brasil precisava ocupar a Amazônia, e com isso, construir um pacote enorme de intervenção na Amazônia, que incluía a doação de grandes glebas de terras. Para vocês terem uma ideia, o tamanho mínimo era de 25 mil hectares, e daí 200 mil, 500 mil hectares. Naquela época, as Biologias não estavam ainda colocadas na ponta das ciências aplicadas, de modo que a floresta era considerada um obstáculo. Então, o Regime Militar apoiou ativamente o desmatamento da Amazônia. Na verdade, para você obter o título de propriedade durante o Regime Militar, você era obrigado a desmatar para provar a ocupação. Para você obter financiamento em um banco federal de fomento, o financiamento deveria conter metas de desmatamento.

Digamos, um financiamento para 10 anos: primeiro ano, ‘tantos’ mil hectares; segundo ano, ‘tantos’ mil; terceiro, ‘tantos’ mil.

Então, o Regime Militar apoiou um tipo de ocupação que era, primeiro, profundamente predatória. Reparem que a ocupação dos seringueiros não era predatória, eles não destruíam os seringais, eles realizavam uma agricultura de subsistência, eles faziam coleta. Então, tinha-se na Amazônia, até então – no Regime Militar –, grupos humanos morando nas beiras dos rios, usando transporte fluvial e realizando agricultura de subsistência e extrativismo. A partir do Regime, nós passamos a ter uma política de ocupação maciça associada a uma mudança na matriz de transportes, com a construção de Brasília – que foi com Juscelino ainda, antes do Regime Militar –, tem aquele Eixão de Belém-Brasília, depois tem-se Belém-Cuiabá-Santarém, também Belém-Cuiabá-Rio Branco, que formam mais ou menos um aspecto de tridente, e vem depois a Transamazônica, horizontal, que faz essa ligação. A partir dessas grandes estradas saem estradas menores, como espinhas de peixe. Então, muda-se o padrão de ocupação, tanto do ponto de vista da matriz de transportes quanto do ponto de vista do objetivo de produção – porque aqui já se trata de produzir para exportar produtos agrícolas e minerais –, quanto também do ponto de vista das relações de propriedade. Reparem que o capital comercial, que dominou o ciclo da borracha e que dominou a vida amazônica até o Regime Militar, não disputava a propriedade da terra, ele controlava os meios de transporte fluviais, controlava a chegada dos alimentos nos povoados e a saída dos bens para venda no mercado nacional e internacional.

A partir do Regime, cria-se na Amazônia, tardiamente, já no fim do século XX, uma nova questão agrária no Brasil, pois aquilo tudo era terra pública. Então, tem-se um processo de apropriação fundiária gigantesco, que ainda está em curso, e uma fronteira extremamente dinâmica. Eu já me referi aqui que esse modo

de ocupação é insustentável na Amazônia. Destrói-se a floresta, retira-se a madeira, ganha-se dinheiro, faz-se uma plantação, em 4-5 anos o solo se degrada e o que se faz? Um pasto, o solo se degrada mais, forma-se uma pecuária extensiva. E com isso, aquela força de trabalho que foi atraída é expulsa de novo. A movimentação da população na Amazônia é gigantesca, pois essas frentes de expansão atraem e expulsam a população. Atraem e expulsam. E para onde irá essa população? Para as cidades. Então, a grande questão social amazônica, hoje, é a questão urbana; 80% da população amazônica mora em cidades, cidades precaríssimas, basta dizer que a grande maioria das cidades amazônicas está à beira de rios e não tem distribuição de água nem sistema de esgoto. Temos também essa população flutuante, que às vezes vai para uma grande obra, e depois que esta termina, é expulsa de novo, às vezes vai para o garimpo, que pode não dar muito certo ou o recurso esgotar-se. Então, é uma população flutuante que se desloca, permanentemente, em situação de grande pobreza.

Vou caminhar para a conclusão aqui. Grosso modo, eu acho que podemos falar de três grandes grupos que intervêm na Amazônia. Um, é o Estado nacional, com suas instituições, com seus organismos, entre outros. Ele intervém e, tradicionalmente, tem uma visão mais geopolítica, uma visão de que a Amazônia é um grande celeiro de produção de bens primários para a economia nacional e mundial. Então, de lá, retira-se bauxita, ferro, madeira, bens primários para o mercado mundial. A visão do Estado nacional está associada a uma pilhagem da Amazônia e a uma ocupação mambembe dentro desta visão geopolítica. Um segundo grande ator da Amazônia são as populações locais, que têm outro ponto de vista. Não têm o ponto de vista da geopolítica, mas sim o ponto de vista da sobrevivência e de uma forma de sobrevivência centenária, ou até milenar, no caso das populações indígenas, que têm uma outra relação com a terra, com a floresta, com o ambiente. E

que muito frequentemente estão em conflito com essa intervenção do Estado nacional. Já um terceiro agente importante na Amazônia são as instituições internacionais; o que ocorre, hoje, é que como a Amazônia se transformou em uma questão mundial, pela sua importância no clima, na biodiversidade, entre outras, muitas das reivindicações das populações locais têm muita sintonia com a ação destas instituições internacionais. Não estou aqui atribuindo maldade a uns ou a outros, estou falando objetivamente.

Assim, um dos grandes desafios que nós temos que enfrentar é o de que o Estado nacional brasileiro precisa entrar em sintonia com as populações locais. É preciso um projeto nacional na Amazônia que traga uma proposta de desenvolvimento benéfica para o país e, ao mesmo tempo, amiga daquele ambiente, amiga da potencialidade da região. E isso é perfeitamente possível. Isso ao que eu chamei, em meu trabalho anterior, de ‘economia da biodiversidade’. Uma economia de base tecnológica muito avançada, e ao mesmo tempo, que só nós podemos fazer, que só nós temos essa base de biodiversidade sobre a qual operar.

Mas como está a situação atual? É um enorme retrocesso, a ponto de que os principais pesquisadores da Amazônia estão advertindo que o ponto de ruptura está muito próximo. É um ponto de ruptura que já se conta em anos, não mais em décadas. E o que é esse ponto de ruptura? Quando 25% da floresta for derrubada, a estimativa é de que a temperatura regional suba entre 2 e 3°C. Isso é suficiente para que a floresta não possa mais recuperar-se. Então, a Floresta Amazônica iniciará um processo de transformação em savana. Savana, aquela floresta espalhada, aquela que tem ‘um pouquinho aqui’, ‘um pouquinho lá’, que tem um mato, no meio. Assim, a Amazônia deixa de ser uma floresta tropical úmida. Então, estamos perto do ponto de ‘não retorno’, que é o ponto de 25% da floresta. Com tudo isso eu vou terminar, e digo a vocês que não se resolve a crise brasileira se não pensarmos no ciclo longo,

CÉSAR BENJAMIN

que é ligado a um projeto nacional, e que não é possível pensar em um projeto nacional brasileiro se não se pensar a solução da questão da Amazônia. É isso, obrigado!

Autoras e autores

Capítulo 01

Vigínia Fontes | Historiadora e doutora em Filosofia, Professora de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), integra o NIEP-MARX (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo).

Ronaldo Pagotto | Advogado, membro da coordenação nacional da Consulta Popular, coordenador da articulação do Projeto Brasil Popular e formador sobre os temas do projeto nacional com os movimentos sociais do Brasil.

Capítulo 02

Walter Sorrentino | Formado em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP), especializado em Pediatria e Saúde Pública, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. dedica-se ao estudo da teoria socialista revolucionária marxista-leninista e à formação econômico-social brasileira.

Olívia Carolino | Pesquisadora, militante da Consulta Popular, integrante da coordenação do Projeto Brasil Popular. Bacharel em Economia, mestra em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Dedicou-se a processos de formação junto aos movimentos populares e sindicais no Brasil.

Capítulo 03

Alfredo Burbano | Colombiano, militante do *Congreso de Los Pueblos*, trabalha no Instituto Nacional Sindical. Reconhecido em seu trabalho como pesquisador e educador popular.

Capítulo 04

César Benjamin | Cientista político, editor e fundador da *Contraponto*, Estudou economia na UFRJ. Autor de dezenas de artigos publicados no Brasil e no exterior, e alguns livros. É doutor *honoris causa* pela Universidade Bicentenária de Aragua, Venezuela. E tem se dedicado a estudar sobre o tema da Amazônia.

Essa publicação foi projetada e diagramada de forma colaborativa no Piauí, Brasília e em São Paulo, em outubro de 2021.

Impressa em papel Pólen soft 80 g/m² pela BMF Gráfica e Editora, em novembro do corrente ano.

O texto foi composto em Sabon 11,5/14pt em página de 170x225 mm.

A capa em SUPREMO LD 250g/m².

A tiragem é de mil exemplares.